



CIDADES FEMINISTAS: CUIDADOS E SUSTENTABILIDADE DOS ECOSSISTEMAS

Rede Mulher e Habitat da América Latina e do Caribe (RMyH ALC)¹

Documento elaborado pela Rede Mulher e Habitat da América Latina e do Caribe ²

Os mundos das mulheres são mundos baseados no cuidado: de nossa dignidade e respeito próprio, do bem-estar de nossas filhas e filhos, da terra, de seus diversos seres, dos que passam fome e dos doentes. Cuidar deles é a melhor expressão da humanidade. O futuro não pertence aos mercadores da morte, ele pertence às Mulheres Cuidadoras da Vida.

Vandana Shiva *"Abraçar a vida"*





ÍNDICE:

Introdução	3
1. De onde viemos	5
1.1. Rede de Mulheres e Habitat da América Latina e do Caribe	5
1.2. A aliança RMyH ALC e GRRIPP	8
1.2.1. Projeto: "Ecosistemas na gestão de desastres com uma abordagem de gênero em um contexto pandêmico pela COVID-19"	9
1.2.2. Projeto: "Cidades e territórios que cuidam: sistemas locais de cuidado com uma abordagem de gênero"	11
2. Onde estamos	18
3. Para onde vamos	24
3.1. Notas conceituais – O tecido feminista	24
3.2. Notas metodológicas – Tecendo entre mulheres	29
3.3. Notas políticas – Tecendo alianças	31
3.4. Reflexões finais – Ana Falú	33

¹ <https://www.redmujer.org.ar/>

² Este documento foi elaborado com base nos seguintes documentos produzidos pela RMyH ALC: Documento de sistematização do Projeto: "Ecosistemas na gestão de risco de desastres com uma abordagem de gênero em um contexto pandêmico pela COVID-19 no Brasil, El Salvador e Guatemala. (RMyH ALC, 2023)

Documento de sistematização do Projeto: "Cidades e territórios que cuidam: sistemas locais de cuidado com uma abordagem de gênero" Na Argentina, Chile e Colômbia (RMyH ALC, 2023)

Nota conceitual para a Mesa de Diálogo: Sistemas de Cuidado no Fórum: "Cidades feministas: cuidado e sustentabilidade dos ecossistemas" (Olga Segovia, 2023)

Nota conceitual para a Mesa de Diálogo: Ecosistemas nas Cidades e Territórios no Fórum: "Cidades feministas: cuidado e sustentabilidade dos ecossistemas.". (Maité Rodríguez, 2023)

Anexos:

Anexo 1: Glossário de termos

Anexo 2: Documento de sistematização do projeto: "Ecosistemas na gestão de desastres com uma abordagem de gênero em um contexto pandêmico pela COVID-19"

Anexo 3: Documento de sistematização do projeto: "Cidades e territórios que cuidam: sistemas locais de cuidado com uma abordagem de gênero"

Anexo 4: Nota conceitual para a Mesa de Diálogo: Ecosistemas nas Cidades e Territórios no Fórum: "Cidades feministas: cuidado e sustentabilidade dos ecossistemas" (Maité Rodríguez, 2023)

Anexo 5: Nota conceitual para a Mesa de Diálogo: Sistemas de Cuidado no Fórum: "Cidades feministas: cuidado e sustentabilidade dos ecossistemas" (Olga Segovia, 2023)



Introdução

Há quase quatro décadas, organizações de mulheres, mulheres profissionais e ativistas criaram a "Rede Mulher e Habitat da América Latina e do Caribe" (doravante RMyH ALC), com o objetivo de gerar conhecimento com uma perspectiva de gênero sobre o acesso à terra e à moradia, serviços urbanos, segurança na cidade, desenvolvimento e gestão local e definição de políticas de equipamentos nas cidades, com ênfase nas situações de pobreza e desigualdade que afetam as mulheres. Ao colocar em primeiro plano as contribuições, as necessidades e as lutas das mulheres no planejamento, na construção e na gestão das cidades, tradicionalmente abordadas a partir de uma perspectiva patriarcal e androcêntrica, alheias à vida cotidiana das mulheres, às suas necessidades e à sua grande diversidade étnica, cultural, de classe social, rural ou urbana, e às suas situações e condições particulares, como deficiência ou faixa etária.

O marco da RMyH ALC, centrado nas condições situadas dos habitats, somado a uma visão interseccional, favorece um princípio de realidade que alimenta os desenvolvimentos teóricos, metodológicos e políticos que são de interesse compartilhar com outras organizações sociais e de mulheres, bem como com entidades públicas dos países onde o trabalho é realizado, como contribuição para continuar aproximando as mulheres do exercício pleno de sua cidadania, do direito à cidade.

A comoção global da pandemia trouxe à tona questões estruturais levantadas pelo feminismo há muito tempo. A incidência e a precariedade do cuidado nos níveis pessoal, familiar, comunitário e social; a proposta de uma visão do cuidado que deixe de ser responsabilidade quase exclusiva das mulheres e se torne uma ética universal que envolve a todos e todas; a necessidade de cuidar dos sistemas alimentares das cidades; a responsabilidade individual, coletiva e global pelo uso da água; a moradia como um ecossistema onde habitamos, vivemos e convivemos. Em suma, a sustentabilidade da vida no planeta.

Uma aliança estratégica entre organizações de seis países latino-americanos pertencentes à RMyH ALC e o "Fundo Coletivo de Pesquisa e Inovação do Reino Unido (UKRI) - Resiliência de Gênero e Interseccionalidade em Políticas e Práticas" (doravante GRRIPP, pelas siglas em inglês) contribuiu para a construção de pensamentos e práticas dentro das organizações da RMyH ALC, bem como para a



consolidação das ações do GRRIPP na América Latina. Dentro dos parâmetros dessa parceria, foram implementados, nos anos de 2021 e 2022, os projetos a seguir: "Ecosistemas na gestão de desastres com uma abordagem de gênero em um contexto pandêmico pela COVID-19" pela "Colectiva Feminista para el Desarrollo Local" de El Salvador; "Fundación Guatemala" na Guatemala e a "União dos Movimentos de Moradia de São Paulo" – UMM-SP, do Brasil. O outro projeto: "Sistemas locais de cuidado com uma abordagem de gênero" foi promovido pela "CISCSA Ciudades Feministas" na Argentina, pela "Fundación AVP para el Desarrollo Social" na Colômbia e pela "SUR Corporación" no Chile. Como parte das atividades dessa iniciativa, o Fórum foi realizado nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2023 em Bogotá: "Cidades Feministas: cuidado e sustentabilidade dos ecossistemas" (doravante denominado o Fórum), onde foram compartilhados avanços conceituais, metodológicos e políticos que demonstram o poder do trabalho em rede na região. Da mesma forma, mulheres comprometidas que trabalham em administrações públicas municipais apresentaram experiências que são o resultado de uma articulação virtuosa de diversos atores sociais como expressão de uma metodologia de trabalho promovida pela RMyH ALC em todas as suas intervenções.

Este documento contém três capítulos: o primeiro, "de onde viemos", apresenta as experiências acumuladas da RMyH ALC; o segundo capítulo, "onde estamos", apresenta um relato do progresso e dos desafios que nós, como rede, encontramos no contexto da atual situação política da região com relação às questões abordadas. Um terceiro capítulo: "Para onde vamos?" apresenta as reflexões e os desafios que encontramos em termos conceituais, metodológicos e políticos, com a intenção de contribuir para o diálogo permanente que tem caracterizado as formas de fazer propostas e praticadas pelo feminismo.

Espera-se que estas notas incorporem novas vozes à polifonia de pontos de vista, reflexões e percepções daqueles que, como os membros da RMyH ALC, trabalham em espaços concretos com pessoas, especialmente mulheres, que contribuem dia a dia para a invenção e reinvenção das cidades latino-americanas nos territórios.





1. De onde viemos

1.1. Rede Mulher e Habitat da América Latina e do Caribe – RMyH ALC

A Rede Mulher e Habitat da América Latina e do Caribe é uma organização formada por instituições, organizações de mulheres, mulheres profissionais e ativistas comprometidas com a promoção dos direitos das mulheres e com uma maior equidade de gênero no campo do habitat, do território e da cidade.



Seus principais objetivos são:

- **Gerar conhecimento a partir de uma abordagem de gênero**, em relação ao acesso à terra e à moradia, serviços urbanos, maior segurança na cidade e desenvolvimento e gestão local, com ênfase nas situações de pobreza e desigualdade que afetam as mulheres..
- **Influenciar a formulação e a implementação de políticas e programas públicos com igualdade de gênero** por meio de conscientização e capacitação em instituições governamentais, centros educacionais e organizações de mulheres.
- **Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das mulheres** por meio do desenvolvimento de programas e projetos em diálogo e parceria com governos locais e organizações comunitárias.



Seu trabalho se concentra em questões relacionadas a: coexistência e segurança na cidade; violência contra a mulher em espaços privados e públicos; habitação e solo urbano: acesso à terra e direito à moradia; vida cotidiana e equipamentos urbanos; uso do tempo e cuidados; mudança climática e redução de riscos; e resiliência da comunidade e prevenção de desastres.



Foto RMyH ALC no fórum "Cidades Feministas" da esquerda para a direita: Marisol Cabrera (Fundación AVP, Colômbia), Rosy Bonilla (Colectiva Feminista, El Salvador), Maite Rodríguez (Fundación Guatemala, Guatemala), Olga Segovia, (Corporación Sur, Chile), Lucy Cardona (Fundação AVP, Colômbia), Marisol Dalmazzo (Fundação AVP, Colômbia), ANa Falú (Ciscsa, Argentina) e Graça Xavier (União pela Morada Popular, Brasil)

Produção de conhecimento, desenvolvimento de capacidade e incidência territorial

Na estrutura do desenvolvimento de vários programas e projetos locais e regionais, as organizações membros da Rede geraram conhecimento sobre a situação de desigualdade das mulheres e desenvolveram propostas de políticas e ações para o cumprimento de seus direitos. Da mesma forma, foram implementadas ações de capacitação para organizações de mulheres e da sociedade civil e instituições locais, www.redmujer.org.ar.

A RMyH ALC definiu, com a participação de suas organizações referentes em 6 países, a Agenda Regional de Mulheres para a Cidade na América Latina. Por uma cidade compartilhada, com direitos e igualdade de gênero. Com essa Agenda, propôs-se influenciar uma visão do território que reconheça os direitos das mulheres em sua diversidade e que incorpore uma abordagem de gênero e de interculturalidade em seu planejamento e gestão.

A Agenda Regional é o produto de processos participativos de observação e reflexão realizados por diversos grupos de mulheres de organizações sociais locais, da sociedade civil e do âmbito político. A Agenda Regional é uma proposta que sistematiza e torna visíveis as demandas dos cidadãos para garantir o exercício dos direitos das mulheres na cidade. É uma ferramenta de conscientização pública que ajuda a estabelecer acordos entre os atores políticos, sociais e locais.

A Agenda identificou questões fundamentais para abordar a desigualdade de gênero e melhorar a qualidade de vida das mulheres nas cidades da região:

- Uma cidade segura, sem violência contra a mulher
- Mobilidade urbana com abordagem de gênero
- Serviços e equipamentos urbanos para a vida cotidiana
- Autonomia econômica para as mulheres
- Políticas e programas de moradia com abordagem de gênero
- A paridade como um horizonte: participação política das mulheres
- Integração social de mulheres migrantes, deslocadas e refugiadas

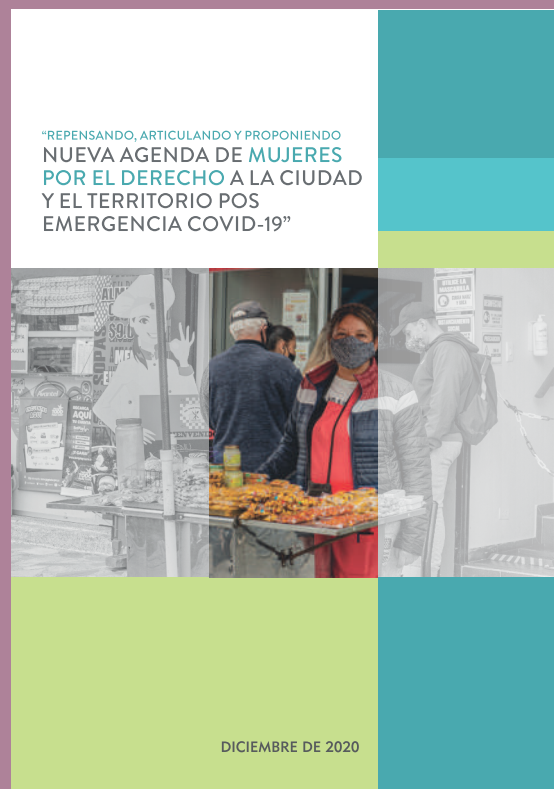


As principais ações implementadas pelas organizações da Rede na Argentina, no Brasil, na Colômbia, em El Salvador, na Guatemala e no Chile durante o período da pandemia foram a realização de Escolas de Liderança para o direito das mulheres à cidade e ao território, em articulação com alianças locais de organizações de mulheres e universidades, e a realização de Fóruns virtuais de leituras feministas sobre cidades e territórios.

Os conteúdos das Escolas de Liderança realizadas por cada organização foram elaborados com base em uma proposta geral, que considerou: a apresentação do contexto da região e dos conceitos de gênero e urbanismo; as questões abordadas na Agenda Regional; a responsabilidade dos governos locais (com relação aos compromissos internacionais e nacionais com os direitos das mulheres e sua ligação com o território e as políticas urbanas); novas abordagens e experiências em planejamento territorial; o papel das organizações sociais e de mulheres; metodologias para a capacitação para participação e defesa.

Os Fóruns Virtuais trataram dos seguintes temas: desigualdades diante da pandemia de COVID-19; experiências e propostas das mulheres nos territórios; cuidados e meios de vida: desafios para os governos locais após a pandemia de COVID-19; repensando o direito à moradia a partir de uma perspectiva feminista³.

Das lições aprendidas com as apresentações e experiências reunidas nos fóruns, surgiram diretrizes gerais para as políticas públicas: o combate à violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica, que está aumentando e expôs muitas mulheres a ficarem presas com seus agressores; a abordagem do cuidado e da autonomia econômica das mulheres em seu ambiente urbano e o relacionamento com os governos locais; a necessidade de responder à moradia adequada. Embora a urgência de aliviar os efeitos da pandemia tenha sido destacada, o trabalho de médio e longo prazo de desenvolver uma proposta de planejamento urbano com uma abordagem de gênero e feminista não deve ser esquecido.



3. Os quatro fóruns contaram com a participação de uma média de 1.200 pessoas. Entre elas estão mulheres indígenas, afrodescendentes, negras, LGBTI, urbanas e camponesas, e mulheres líderes da América Latina, Europa, Ásia e África.



1.1. A aliança RMyH ALCe GRRIPP



Durante os anos de 2021 e 2022, a RMyH ALC, em cooperação com o Gender Responsive Resilience and Intersectionality in Policy and Practice (doravante denominado GRRIPP), promoveu ações com o objetivo de contribuir para o adequado planejamento e implementação de políticas e estratégias de cuidado com enfoque de gênero e territorial e para consolidar processos de sustentabilidade dos ecossistemas no território, em termos de água potável, sustentabilidade alimentar e acesso à moradia.

A visão que orientou o desenvolvimento dos projetos consistiu em uma cidade segura e inclusiva, adaptada às necessidades diferenciadas de sua população, que leva em conta mecanismos para prevenir a violência contra mulheres e meninas, daí as reflexões sobre a necessária incorporação da perspectiva de gênero e feminista para analisar nossas cidades e repensar os processos de urbanização e planejamento territorial. Isso implica reconhecer que nossas sociedades são desiguais e que as relações de gênero são constitutivas dessa desigualdade e, portanto, estruturam a organização da vida social que se expressa no território.

Os diagnósticos que serviram de base para as organizações que executaram os projetos baseiam-se na observação de que as mulheres vivenciam as cidades de forma diferente dos homens, o que se expressa nas diferenças de uso e acesso a serviços, transporte e espaços públicos, bem como nas modalidades diferenciadas de riscos e percepções de segurança.

As experiências analisadas abrangeram as seguintes áreas identificadas no documento "Os cuidados comunitários na América Latina e no Caribe" (PNUD, 2022), que apresenta uma análise interessante de várias experiências na região e aponta a importância do âmbito comunitário como provedor de cuidados e suas principais características.

- **Além do lar:** são destacadas as experiências além dos relacionamentos e da dinâmica do lar. Em outras palavras, propõem o cuidado de pessoas, animais, casas e bens comuns.
- **Além das pessoas:** são destacadas experiências que, embora englobem o cuidado com as pessoas, destacam-se pelo cuidado com coletivos e organizações formais de vários tipos. Há um "nós" e um horizonte comum de ação, com uma grande presença de redes presenciais e virtuais.
- **A partir do território:** são destacadas experiências que colocam no centro ao território —como espaço físico, social e simbólico—, o que é fundamental para a compreensão do trabalho específico e concreto de cuidados à comunidade.
- **Além da remuneração:** são destacadas experiências nas quais, embora possa haver remuneração monetária, elas são desenvolvidas principalmente com base em lógicas de troca com pouca ou nenhuma remuneração monetária.

O contexto da crise global gerada pela pandemia da Covid-19 reafirmou a relevância dos cuidados em nível territorial para as organizações executoras, tornando evidente a importância da prestação de cuidados comunitários. O foco do Estado tornou-se "territorializado"; é no território que o papel dos governos locais, em coordenação com a sociedade civil e as organizações de mulheres, torna-se mais importante, especialmente em relação à prestação de serviços públicos e à reativação econômica.

Os debates sobre cuidados e desenvolvimento urbano abrem desafios específicos para as políticas territoriais e urbanas. Durante décadas, os coletivos de mulheres organizadas



tornaram visível, por meio de suas ações e mobilizações, a necessidade de mudar a forma como a cidade e as estruturas institucionais respondem às necessidades de dar e receber cuidados (Falú, 2014).

Esses debates colocaram a questão dos cuidados em primeiro plano nos últimos anos, ainda mais no contexto da pandemia. Isso foi refletido em vários estudos e pesquisas (consulte: Rico e Segovia, 2017; ONU MUJERES-CEPAL, 2020; GOLD, 2022; Dalmazzo-CEPAL 2017; Tacoli, 2012). As distâncias físicas, o espaço público, os meios e as condições para se deslocar na cidade estão intimamente ligados à capacidade das pessoas de conciliar as tarefas de cuidados com o tempo necessário para outros aspectos da vida. As dificuldades de acesso, os altos custos dos serviços e do transporte e, às vezes, os altos índices de violência e as percepções de insegurança, aumentam a carga desproporcional sobre as pessoas responsáveis do cuidado, principalmente as mulheres.

1.1.1. Projeto: "Ecosistemas na gestão de desastres com uma abordagem de gênero em um contexto pandêmico pela COVID-19" ⁴

Esse projeto foi realizado por Organizações da Sociedade Civil (OSC) de três países latino-americanos que fazem parte da Rede Mulher e Habitat para a América Latina e o Caribe: A "Colectiva Feminista para el Desarrollo Local" de El Salvador em parceria com a "Fundación Guatemala" e a "União dos Movimentos de Moradia de São Paulo" – UMM-SP, do Brasil.

O Projeto foi desenvolvido durante o segundo semestre de 2021 e os primeiros meses de 2022 de forma conjunta e simultânea no Brasil, Guatemala e El Salvador; o contexto da pandemia causada pela COVID-19 condicionou seu desenvolvimento a uma modalidade virtual, o que possibilitou que os beneficiários dos três países compartilhassem o espaço de treinamento e intercâmbio simultaneamente.

O objetivo do projeto foi contribuir para o fortalecimento das mulheres locais em sua luta resiliente pelo direito à cidade, acesso à

moradia, acesso à água, fortalecimento dos sistemas alimentares, proteção dos ecossistemas e melhoria de seus meios de vida.

Como parte dos objetivos específicos, foram elaboradas ações em torno da promoção de treinamento especializado para mulheres líderes comunitárias ligadas ao desenvolvimento de ações nos territórios, relacionadas ao direito à cidade e à gestão de riscos de desastres com abordagem no gênero no contexto da pandemia causada pela COVID-19. Para isso, o curso "Ecosistemas na gestão de desastres com uma abordagem de gênero em um contexto pandêmico pela COVID-19" Tecendo Feminismo."

O curso foi aprovado pelo Centro de Estudos de Gênero da Universidade de El Salvador e foi elaborado e ministrado em conjunto pelas três organizações que, em parceria, desenvolveram o projeto.

A formação incluiu três módulos:

Módulo 1

Agricultura sustentável

Módulo 2

Mulheres e moradia, água e feminismo nos territórios

Módulo 3

Participação política das mulheres na defesa territorial

4. Para obter resultados detalhados do projeto, consulte o Anexo 2. Documento de sistematização do Projeto: "Ecosistemas na gestão de desastres com uma abordagem de gênero em um contexto pandêmico pela COVID-19" no Brasil, El Salvador, Guatemala.



Durante o desenvolvimento do projeto, foi incorporada a sistematização das experiências de participação das mulheres na gestão comunitária de riscos com uma perspectiva de gênero em seus territórios, desenvolvidas na Guatemala, no Brasil e em El Salvador, com o objetivo de proteger os ecossistemas a partir de uma visão ecológica e feminista desenvolvida na Guatemala, no Brasil e em El Salvador. As experiências estão relacionadas à gestão comunitária da água e ao desenvolvimento da agricultura orgânica sustentável como estratégias fundamentais para enfrentar a Covid-19 e atender às necessidades cotidianas domésticas e de cuidados. O tratamento da moradia como um dos sistemas que sustentam a vida é exemplificado pela experiência da moradia autogerenciada no Brasil. Da mesma forma, a experiência desenvolvida pela Rede de Pescadores Artesanais do Caribe Guatemalteco e do Lago Izabal foi coletada como uma estratégia para gerenciar e economizar recursos hídricos, o que é uma estratégia vital. Por fim, foi sistematizada a experiência de El Salvador no desenvolvimento de hortas caseiras, como parte das lições aprendidas sobre agricultura sustentável para garantir a soberania alimentar das comunidades nos territórios.

O segundo componente do Projeto foi a elaboração da campanha de comunicação "Tecendo Feminismos nas cidades e territórios. Feminismos para uma boa vida nas cidades e territórios." Essa estratégia buscou abordar o contexto comum da Guatemala, El Salvador e Brasil, que possuem diversos ecossistemas de interesse do grande capital na exploração e expropriação para a comercialização de seus recursos naturais, gerando violações na biodiversidade e na vida das mulheres, suas famílias e comunidades nos territórios. O objetivo geral da campanha foi conscientizar as pessoas sobre a importância do direito das mulheres de ter acesso a ecossistemas e cidades diversificados, inclusivos e sustentáveis.

Tejiendo feminismos
para el buen vivir
en las ciudades y territorios

Las políticas públicas de acceso a vivienda deben garantizar la accesibilidad a las mujeres, como una forma de disminuir la violencia de género, el empobrecimiento y como una práctica restaurativa de las sobrevivientes de violencia intrafamiliar.

Tejiendo feminismos
para el buen vivir
en las ciudades y territorios

Tejemos feminismos para denunciar al sistema capitalista y patriarcal que oprime, explota y expropia los cuerpos de las mujeres y los territorios que habitamos.

Tejiendo feminismos
para el buen vivir
en las ciudades y territorios

Las mujeres tejemos feminismos para la defensa de las comunidades y los territorios en su diversidad, diversos para que el agua sea accesible para nuestros hogares, la agricultura y los animales

Logos of partner organizations: Red Mujer y Hábitat, Red Feminista, UNIAO, and GRRIPP.



Reflexões e desafios:

O projeto destaca as experiências das mulheres locais em sua luta resiliente diante das adversidades socioeconômicas e de gênero, aprofundadas no contexto da pandemia da COVID-19. Em particular, destaca-se que, diante das medidas de biosegurança e saneamento, suas responsabilidades e a sobrecarga de trabalho e cuidados em contextos em que as comunidades não dispõem de serviços de água tratada ou potável aumentaram, e tudo isso se traduz em mais trabalho não remunerado para as mulheres, o que se expressa, em nível macro, em um aumento da feminização da pobreza em nosso continente. As organizações envolvidas no Projeto decidiram aprofundar sua reflexão sobre o papel que as instituições governamentais, educacionais e universitárias assumem nos territórios onde estão localizadas, uma vez que suas intervenções têm sido de baixo impacto, considerando seu importante potencial para a proteção dos ecossistemas naturais frente à COVID-19.

Além da pesquisa e dos protocolos como produtos puramente acadêmicos, incentiva-se o estabelecimento de vínculos com as comunidades, uma vez que, em especial as universidades, têm um eixo de trabalho de extensão que envolve intervenção de campo com base na integração de equipes multidisciplinares; nesse sentido, busca-se gerar alianças com organizações de mulheres, autoridades locais e líderes de base, a partir de abordagens de direitos humanos, gênero e multiculturais.

Para debater essas reflexões, o projeto estabeleceu vínculos com instituições acadêmicas para desenvolver conjuntamente a campanha de comunicação "Tecendo Feminismos", que busca aumentar a conscientização sobre a contribuição das mulheres na defesa do direito à água e à proteção ambiental. Entende-se que as alianças são uma estratégia vital e que as organizações de mulheres podem transferir as lições aprendidas com suas experiências em seus territórios para as instituições

universitárias e municipais, a fim de fortalecer as intervenções em relação aos ecossistemas.

1.1.2. Projeto Cidades e territórios que cuidam: sistemas locais de cuidado com uma abordagem de gênero.⁵

O projeto implementado pela CISCSA Ciudades Feministas (Argentina), pela Fundación AVP para el Desarrollo Social (Colômbia) e pela SUR Corporación (Chile), em colaboração com governos locais, organizações sociais e universidades, teve como objetivo contribuir para a elaboração de políticas e estratégias de cuidado, com uma abordagem territorial e de gênero, que garantam o direito das pessoas de cuidar e serem cuidadas, com base em experiências locais em quatro cidades da região: Bogotá (Colômbia); Córdoba e Buenos Aires (Argentina) e Santiago do Chile (Chile).

O projeto previu atividades que levaram à geração de conhecimento sobre cuidados comunitários, com base nas necessidades e demandas de cuidados em nível territorial. O



Foto: Sur Corporación, Agrupación vecinal 10, Santiago do Chile



Foto: Sur Corporación, Agrupación vecinal 10, Santiago do Chile

5. Para obter resultados detalhados do projeto, consulte o Anexo 3: Documento de sistematização do Projeto: "Cidades e territórios que cuidam: sistemas locais de cuidado com uma abordagem de gênero"



trabalho foi desenvolvido com metodologias participativas por meio da articulação com coletivos de mulheres e territoriais, incorporando governos e atores locais e universidades na análise, reflexão e desenvolvimento de diretrizes para propostas locais sustentáveis que contribuam para o posicionamento do cuidado como tema relevante nas políticas públicas, nas pesquisas acadêmicas e nas práticas dos coletivos urbanos.

Foram estabelecidas alianças estratégicas com os municípios de Bogotá e Santiago do Chile; os municípios de Córdoba e José C. Paz, e da Universidad del Rosario (Colômbia), da Universidad de Santiago (Chile) e da Universidad Nacional de José C. Paz (Argentina).

Na Colômbia, o projeto concentrou-se em uma análise do Sistema Distrital de Cuidado (SIDCU) na cidade de Bogotá, que está sendo implementado pelo atual Prefeitura, uma iniciativa que é o resultado de um longo processo de negociação entre as redes e organizações de mulheres e as autoridades locais. Especificamente, o espaço de cuidados em Bosa foi analisado, pois foi um dos primeiros a ser implementado. O trabalho foi realizado pela Fundación AVP para el Desarrollo Social, em conjunto com organizações locais e o Conselho Consultivo da Mulher⁶, com o objetivo de avaliar sua implementação, orientar ajustes e apoiar sua sustentabilidade, entendendo que o Sistema representa um grande avanço para as políticas de cuidado na região.

Reflexões e desafios:

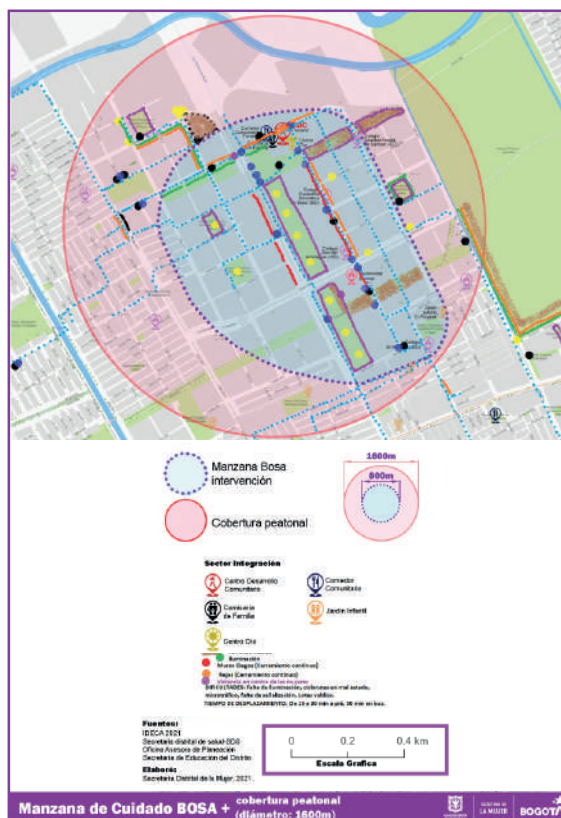
Na pesquisa quantitativa realizada com questionários na localidade de Bosa, constatou-se que uma grande porcentagem da comunidade não conhece os espaços de cuidado (58,28%) e a grande maioria não participou de seus serviços (91,84%). Devemos considerar que a implementação começou em 2020-2021, em plena pandemia. Portanto, a divulgação foi muito limitada.

No entanto, a pesquisa qualitativa, usando

grupos de foco e georreferenciamento, com usuárias dos serviços, os avaliou em 4,5 de 5. Isso mostra seu grande impacto.

As usuárias que participaram dos grupos de foco e do georreferenciamento acharam que os serviços atuais poderiam ser complementados pelo seguinte: Oportunidades de trabalho flexíveis. Cuidado a crianças com mais de 5 anos e adolescentes; rotas de transporte gratuitas para mulheres, idosos e pessoas com deficiência; mais treinamento para mulheres; acesso ao ensino superior; extensão do horário de serviço para a noite e fins de semana; espaço público seguro para mulheres nas proximidades; e apoio ao empreendedorismo.

Georreferenciamento no bloco de atendimento Bosa:



Fonte: Georreferenciamento realizado com 25 usuárias do quarteirão de Bosa, Bogotá, Colômbia.

6. É um órgão consultivo, técnico e político que representa as necessidades e os interesses das mulheres que vivem no Distrito da Capital, levando em conta suas diferenças e diversidade em termos de geração, cultura, etnia, raça, território, status socioeconômico, posição ideológica, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência. O objetivo do Conselho Consultivo da Mulher é servir como órgão consultivo para analisar, conceituar e formular propostas sobre os temas da Política Pública para Mulheres e Equidade de Gênero, visando à erradicação das desigualdades e discriminações sofridas pelas mulheres em razão de seu gênero, bem como à consolidação e sustentabilidade dos direitos das mulheres, abordagens diferenciadas e baseadas em gênero dessa política.



Do ponto de vista institucional, um dos desafios do Sistema Distrital do Cuidado em Bogotá é estender sua implementação a todo o território, gerando uma "Rede de Cuidado" principalmente em áreas com déficit de equipamentos.

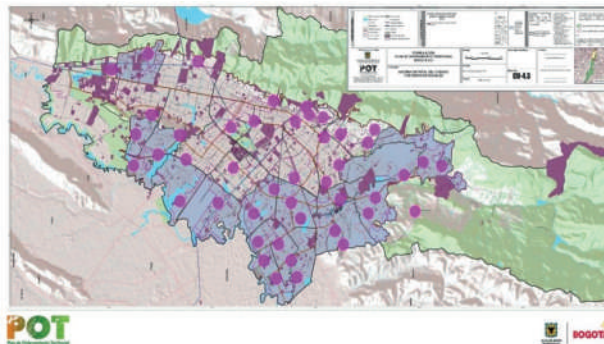
Os seguintes desafios se destacam na pesquisa:

- Pensar em um sistema de cuidados em que as mulheres não sejam beneficiárias, objetos de programas, mas sujeitas de direitos com capacidade de agência em políticas públicas.
- Convidar as mulheres a serem participantes ativas na construção e sustentabilidade dos objetivos do SIDICU, reconhecendo seus conhecimentos e experiências nos territórios.
- Implementar um espaço público seguro: Assim, mulheres e meninas e a comunidade em geral podem ter acesso a serviços e melhorar suas vidas não apenas por meio deles, mas por meio da "cidade do cuidado." E mobilidade para o cuidado: Serviço de "transporte de cuidado circular" para cuidadoras e pessoas que precisam de cuidados.
- Formular políticas públicas com organizações comunitárias de base.
- Maior divulgação do SIDICU e do Espaço de Cuidado.

A aprovação do Plano de Ordenamento Territorial (POT) - Bogotá Reverdece 2022-2035, pela prefeita Claudia López, foi um passo importante para tornar sustentável o Sistema Distrital de Cuidados, produto de muitos anos de gestão e defesa de Redes e organizações de diversas mulheres. Esse também foi um imenso trabalho de cooperação intersetorial para articular a Rede de Cuidado para a cidade. Para obter mais informações, acesse: <https://bogota.gov.co/bog/pot-2022-2035/>

Hoje, em Bogotá, temos 19 espaço do cuidado, que serão 20 até o final deste mandato, no final de 2023. Para um total de 45 espaços previstos

no POT 'Bogotá Reverdece 2022-2035'. Outro grande avanço foi o Acordo 893 de 2023, gerenciado pelo Conselho Consultivo de Mulheres de Bogotá, que institucionaliza o Sistema Distrital de Cuidado e o torna uma política pública da cidade, o que lhe confere um caráter permanente, independentemente da administração responsável.



Mapa do Sistema de Atendimento Distrital POT. Imagem: Prefeitura de Bogotá

Na **Argentina**, a observação foi realizada na cidade de Córdoba (província de Córdoba) e em José C. Paz (Província de Buenos Aires). Considerando um contexto nacional crítico, a partir de um marco conceitual que leva em conta o urbanismo feminista, o estudo teve como objetivo compreender e tornar visíveis as tarefas e atividades de cuidado comunitário realizadas por mulheres cuidadoras que trabalham em espaços de vizinhança, bem como investigar as experiências dos usuários desses serviços e infraestruturas nos territórios.

Reflections and challenges:

O estudo conclui destacando a importância da distribuição do uso do tempo das mulheres e a complexidade de seu trabalho, o que as coloca em uma posição de mediação entre o Estado e as comunidades; e ressalta a necessidade de avançar em políticas públicas que reconheçam, tornem visível e melhorem a qualidade do trabalho das cuidadoras comunitárias, dando lugar às vozes das líderes de bairro no planejamento de políticas, na construção de agendas e nos diálogos intersetoriais.



Fotografia: Horta comunitária Juan Bautista – bairro Primavera

Em setores empobrecidos, para muitas mulheres, o cuidado vai além dos limites do lar e da família para "cuidar do bairro".

O contexto da pandemia, sem dúvida, agravou as condições das mulheres trabalhadoras, sobrecarregando-as com trabalho não remunerado e agravando a divisão sexual do trabalho o que se reflete no fato de que a maioria das mulheres apoiava as cozinhas populares e os refeitórios populares. Foto: Jardim Comunitário Juan Bautista - Bairro Primavera

É necessário avançar em políticas públicas abrangentes que reconheçam, tornem visível e melhorem a qualidade do trabalho dos cuidadores comunitários e é necessário



Fotografia: Cisca, Jardim comunitário Juan Bautista, Bairro

localizar, dar lugar, ouvir e envolver as vozes dos líderes de bairro no planejamento de políticas públicas, na construção de agendas e nos diálogos intersetoriais.

Há uma necessidade urgente de reconhecer a contribuição dos serviços comunitários dentro da estrutura institucional das políticas e dos serviços de cuidado; e de incorporar e reconhecer a localização e a prestação de serviços de muitas dessas organizações no Mapa Federal de Cuidados.

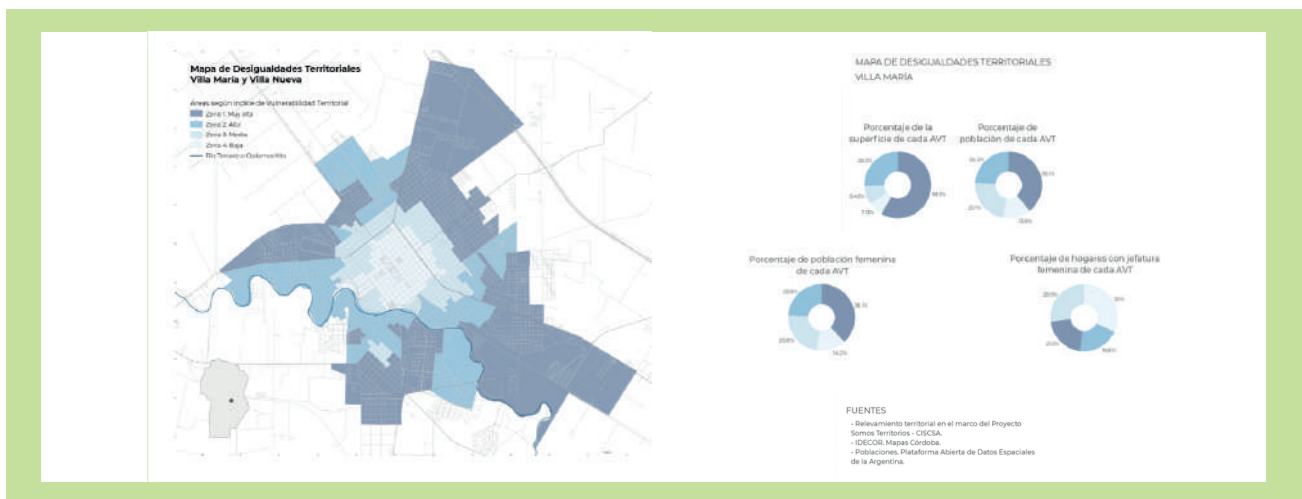
É necessário fornecer apoio estatal para o reconhecimento das trabalhadoras do cuidado; fornecer recursos materiais para a gestão dos serviços de cuidados comunitários alimentação, materiais educativos, elementos de limpeza e higiene, etc.; e também melhorar as condições materiais do local, mas sem que isso implique, como dizem os referentes da comunidade, "perder o sentido, a identidade da comunidade" para depender e fazer parte da órbita estatal, perdendo sua autonomia.

O cuidado deve ser pensado de forma social, coletiva e solidária, a fim de romper com a lógica individualista e patriarcal que afeta as mulheres e as identidades feminizadas. Isso implica, por um lado, atacar os pilares culturais mais profundos da desigualdade e delinear propostas emancipatórias para aqueles que atualmente assumem o controle dos cuidados; e, por outro lado, responsabilizar os atores públicos e privados e as organizações da sociedade civil por uma resposta com abordagem de gênero. Os serviços comunitários de vizinhança podem ser fundamentais nesse sentido, pois contribuem para a socialização dos cuidados fora do âmbito privado da família. No entanto, existe o risco de que o trabalho de cuidado continue sendo responsabilidade das mulheres, sem o reconhecimento econômico e social de seu trabalho. Sem o acompanhamento de uma política pública distributiva que melhore suas condições de trabalho, a "coletivização dos cuidados", com seu foco na comunidade, mais uma vez desrespeita e sobrecarrega as mulheres mais pobres.

A CISCISA desenvolveu uma ferramenta para as políticas, o "índice de vulnerabilidade territorial",



que foi construído com base em variáveis econômicas, sociais e demográficas e é útil para reconhecer as desigualdades territoriais, bem como a localização de serviços e infraestruturas de cuidado em nível público e privado, e houve progresso na geolocalização no mapeamento territorial do cuidado, não apenas a localização e a quantidade da oferta pública e privada (comercialização do cuidado), mas também a gerada pela ação coletiva nos bairros de pessoas com renda mais baixa.



No **Chile**, o estudo se concentrou na Agrupación Vecinal 10, localizada no município de Santiago, próxima ao centro histórico da capital chilena. O objetivo do projeto foi gerar conhecimento sobre as necessidades e demandas de cuidado e sobre as iniciativas em andamento no território, com o intuito de contribuir para a análise e promover propostas sobre as principais questões de cuidado.

O território de estudo é caracterizado pelo





associativismo ativo para vários fins e pela forte presença de redes de solidariedade, que desempenham um papel muito importante no desenvolvimento da comunidade e que desempenharam —e continuam a desempenhar— um papel muito importante na manutenção da vida cotidiana. Entretanto, as organizações não abordaram a questão de cuidados de forma explícita e prioritária. Da mesma forma, não há organizações de mulheres cuidadoras ou organizações ligadas ao assunto.

Reflexões e desafios:

O estudo de caso permitiu que nos aproximássemos da complexa situação vivida pelas mulheres cuidadoras comunitárias no território: elas são um grupo de vizinhas que vivem muito sozinhas, não estão organizadas e estão fora das redes de informações sobre apoio e gestão pública no território. Em relação ao tempo diário gasto com cuidados nos últimos dois meses, considerando o tempo de viagem, alimentação, entre outros, 34% das mulheres consultadas dedicam 24 horas por dia aos cuidados e 63% dedicam mais de 8 horas por dia aos cuidados de outras pessoas.

Em Santiago, a crise gerada pela pandemia permitiu que o Município tornasse visível uma diversidade de problemas de famílias com dependentes, que não eram evidentes nas etapas anteriores. Isso, sem dúvida, abriu um horizonte de oportunidades para criar e planejar programas de apoio a esses grupos. Ao mesmo tempo, destacou a falta de informações estratégicas sobre quem são as demandas, onde estão e do que precisam.

As conclusões destacam a necessidade de oferecer mais serviços de cuidados no território, especialmente para os grupos que mais precisam deles, e de apoiar as pessoas que brindam cuidados; a importância da associação ativa de redes de solidariedade para reconhecer as demandas de cuidados no setor, gerando vínculos com as mulheres cuidadoras; a necessidade de fortalecer o sistema de cuidado em Santiago; e, finalmente, destaca-se a importância de ouvir e responder às necessidades dos cuidadores por meio de políticas e programas públicos.

As mulheres cuidadoras apontam para a necessidade de atenção preferencial em diversos serviços municipais —não apenas nos serviços de saúde, como existe atualmente, de acordo com a legislação vigente— que poderia assumir a forma de um cartão de cuidador que permitiria atenção mais rápida em vários procedimentos municipais. Isso é complementado pela necessidade de apoio para o processamento de benefícios e direitos para os cuidadores e para as pessoas cuidadoras e para si mesmas.

A criação de sistemas de cuidados abrangentes é um fator fundamental para a conquista do empoderamento e da autonomia das mulheres e para o avanço da igualdade de gênero. É também um elemento fundamental para a recuperação socioeconômica, tornando-se um gerador direto e indireto de empregos e um facilitador para que outros setores da economia funcionem adequadamente. Essa é uma questão urgente no território de referência, onde importantes grupos de vizinhas e vizinhos foram altamente afetados socioeconomicamente pelos efeitos diretos e indiretos da pandemia, especialmente trabalhadores e vendedores informais, bem como mulheres e a população migrante, que está altamente presente.

As instalações que oferecem serviços de cuidado, especialmente para os grupos que mais precisam de atenção, devem ser ampliadas na área de estudo. Nesse sentido,



Fotografia: South Corporation, última sessão plenária da oficina ampliada com organizações do território para levantar demandas de cuidado (2021), Santiago do Chile.



em uma futura política local de cuidados, o local municipal da antiga Casa de Repouso das Irmãzinhas dos Pobres poderia ser um lugar estratégico para abrigar serviços e atividades de cuidados, com ofertas específicas para cada grupo, bem como para as pessoas que brindam os cuidados.

O estudo constatou que a principal forma de prestação de cuidados ocorre em casa, onde é fornecida por redes de apoio familiar. Isso mostra não apenas que há um baixo nível de corresponsabilidade social pelos cuidados, mas também que essa situação se baseia na invisibilidade da questão, mesmo entre as próprias pessoas que cuidam.

No caso de pessoas que cuidam de pessoas com deficiências, constatou-se que esse trabalho é realizado em tempo integral, sem possibilidade de descanso e dificultando muito o trabalho permanente fora de casa; somente trabalhos de meio período ou atividades de sobrevivência que podem ser realizadas dentro de casa são realizados.

Para entender as necessidades dos cuidadores e das pessoas cuidadas, é importante incorporar a análise intersetorial. Para os migrantes, é muito mais complexo resolver essas questões, considerando a ausência de redes familiares, a necessidade imperativa de trabalhar e o problema do status de indocumentado como uma lacuna que impede o acesso a benefícios e apoio do Estado e a empregos mais formais.

Nas palavras de uma entrevistada:

"Desde que ela [filha com deficiência] nasceu, eu me dediquei a ela e às suas terapias... Ela evoluiu muito bem... desde que cheguei ao Chile, só trabalhei como caixa em um supermercado em meio período, em um Líder... trabalhei limpando apartamentos, vendo produtos da Natura... mas quando há uma pessoa com deficiência na família, o mundo de todos gira em torno dela, e realmente tem sido muito complicado para mim continuar trabalhando". (Grupo focal com mulheres cuidadoras, 2020)





2. Onde estamos⁷

As políticas neoliberais e a lógica do sistema de produção capitalista e neocolonial levaram a uma deterioração sistemática do meio ambiente, causando uma crise ecológica global que ameaça a sustentabilidade da vida humana e dos ecossistemas. Essas dinâmicas promovem processos extrativistas para satisfazer o consumo irresponsável e inconsciente. Além dessas lógicas dominantes, predomina uma cultura antropocêntrica, segundo a qual "a natureza é entendida como aquilo que rodeia o ser humano, a periferia e não o centro, de modo que não pode ser considerada como um sujeito de direito, uma entidade que possui um valor absoluto em si mesma" (Ferry L 1992).

O extrativismo geralmente se refere à mineração, ao desmatamento e à exploração de recursos como a água. A RMyH ALC está analisando de forma mais ampla o extrativismo urbano, que destitui as pessoas de seus locais de habitat. Na América Latina, um continente caracterizado por grandes desigualdades no acesso a direitos e recursos, essas pessoas são invariavelmente as mais pobres, inclusive as mulheres. Nas cidades, há um profundo "extrativismo urbano" que se refere às características da cidade derivadas do modelo neoliberal, que está relacionado aos problemas habitacionais, sociais e, acima de tudo, ambientais das cidades. Nesse contexto, é essencial entender que, por um lado, as pessoas são eco-dependentes, porque dependemos dos limites físicos do planeta; e, por outro, que a humanidade está cada vez mais em risco porque somos corpos vulneráveis. Isso significa que todas as pessoas, em algum momento de suas vidas, terão alguma dependência e precisarão de cuidados, seja desde o nascimento, na infância, na vida adulta, devido a doenças, diferentes níveis de autonomia física e/ou diversidade funcional.

A pandemia da COVID-19 não apenas gerou uma série de afetações, demandas por

recursos e serviços para e de cuidado, mas também tornou socialmente evidente o que, para as mulheres, especialmente as mais vulneráveis, é uma experiência cotidiana: A sobrecarga de trabalho de cuidado não remunerado e mal remunerado e a disponibilidade insuficiente e precária, o acesso e o controle sobre a água potável, a moradia decente e segura, os alimentos e a soberania alimentar. A pandemia também tornou visível a escassez de recursos para o desenvolvimento do trabalho de reprodução da vida e a persistência da violência contra as mulheres, a falta de acesso ao trabalho e o aumento da precariedade do mercado de trabalho para as mulheres.

Os efeitos econômicos, sociais e culturais pós-pandemia não ocorrem no vácuo: eles ocorrem em territórios específicos e estão concentrados em setores altamente vulneráveis. No âmbito econômico, a pandemia de COVID-19 nos países latino-americanos aumentou os problemas de desaceleração econômica, aumento da dívida externa e enfraquecimento geral de suas moedas. Nesse cenário, os sistemas políticos continuam demonstrando grandes deficiências para lidar adequadamente com as grandes desigualdades sociais na região.

Para as mulheres, na ausência de corresponsabilidade de gênero, a diferença no tempo gasto por mulheres e homens em cuidados não remunerados e trabalho doméstico permanece. Na América Latina e no Caribe, as mulheres gastam 33 horas por semana em trabalho não remunerado, em comparação com 17,5 horas por semana para os homens. Da mesma forma, as mulheres mais pobres enfrentam mais obstáculos para ter acesso a moradias adequadas, seguras e decentes e com serviços básicos.

As mulheres têm condições econômicas diferentes das dos homens, são maioria no

⁷ Este capítulo se baseia em dois documentos de sistematização e notas conceituais, produzidos no âmbito da aliança da RMyH LAC com o GRRIPP, que podem ser encontrados nos anexos.



mercado informal e entre os que procuram emprego. Ao contrário dos homens, suas condições de trabalho são informais e precárias, enquanto elas são as únicas responsáveis por suas famílias em uma porcentagem crescente em toda a região. Isso promove vários padrões de mobilidade, tanto no bairro quanto na cidade. Essas dinâmicas impactam e determinam a conformação social dos bairros populares, bem como seus processos; nesses territórios, geralmente são as mulheres que sabem como foi realizada a construção de um mercado, uma escola ou um hospital, porque são elas que vivem no território e lideram essas reivindicações perante as instituições governamentais.

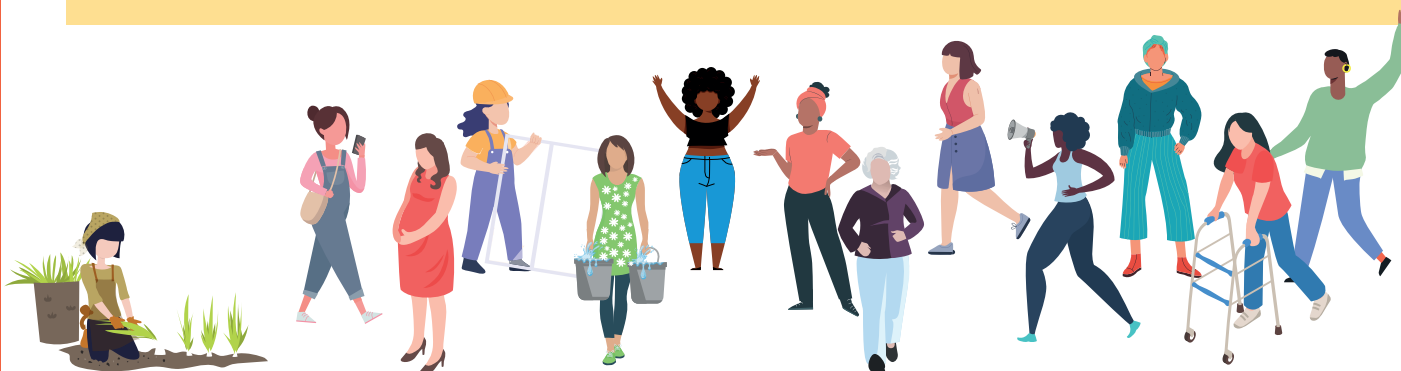
O abastecimento de água é um problema estrutural nos bairros pobres da América Latina, como a pandemia da COVID-19 demonstrou de maneira gritante. Isso afeta diretamente a vida cotidiana das pessoas e o desenvolvimento das comunidades mais

vulneráveis. Em nossa região, a água é um recurso que não está acessível a todos e é um indicador de condições desiguais. Diante desse problema, as mulheres são as primeiras a serem afetadas, pois são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados e, para isso, precisam encontrar alternativas para ter acesso à água, seja viajando para obtê-la ou comprando-a, o que implica investir mais recursos, como tempo e dinheiro. Em áreas rurais, semiurbanas ou urbanas periféricas, o acesso à água é escasso e irregular. Por outro lado, muitas mulheres trabalham fora de casa durante o dia e, quando retornam à noite, não têm água para a higiene pessoal ou para realizar as tarefas domésticas. As mulheres que vivem em lares sem acesso à água potável gastam entre 5 e 12 horas a mais por semana em cuidados não remunerados e trabalho doméstico do que as mulheres que vivem em lares com acesso à água potável. CEPAL, (2020).



Na **Guatemala**, embora o recurso seja abundante, há uma escassez de água potável nas áreas periféricas da cidade e nos territórios rurais. De acordo com Josefina Miculax (Guatemala), *"apesar da gravidade do problema, mais de sete iniciativas legislativas para a regularização dos serviços de água para toda a população foram arquivadas e, no atual processo eleitoral, essa questão não está incluída na agenda de nenhum dos candidatos."*

Fórum "Cidades Feministas": Cuidados e Sustentabilidade dos Ecossistemas", Bogotá, 23 de abril.





As demandas por justiça social e econômica das populações mais afetadas pelo modelo econômico capitalista e, em particular, das mulheres em seus territórios mais próximos, bairros e áreas rurais, continuam a gerar riscos à sua vida e integridade. Nos países latino-americanos, muitas mulheres estão sendo ameaçadas e foram deslocadas, desaparecidas ou mortas por suas lutas em defesa de seus territórios.



O modelo atual de organização social do atendimento não é mais sustentável e levou as sociedades à chamada "crise dos cuidados." Esse modelo é baseado em famílias (em suas diversas expressões, em muitos casos monoparentais) e é mantido graças ao trabalho não remunerado das mulheres, sem mecanismos estatais e de mercado suficientes para assumir a responsabilidade social do cuidado (CEPAL, 2019). Esse fato, que oculta a dimensão social do cuidado, é funcional para a reprodução de uma sociedade desigual. A crítica da divisão sexual do trabalho, que está na base do pensamento feminista, desafia a suposição de que essa divisão nasceu com o capitalismo e a relaciona a sociedades patriarcais ainda mais antigas (Montaño e Calderón, 2010).

De acordo com Olga Segovia, "a sustentabilidade dos sistemas de cuidado enfrenta dois grandes desafios na região da América Latina e do Caribe: as desigualdades estruturais e a governança dos cuidados." Na Colômbia, por exemplo, como ela apontou no Fórum "Cidades Feministas: Cuidados e Sustentabilidade dos Ecosistemas." De acordo com Natalia Moreno, Gerente do Sistema Nacional de Cuidado da Colômbia, a oferta de cuidados é muito desequilibrada. 19 milhões de mulheres estão envolvidas em atividades de cuidado, 7 milhões delas em tempo integral; as mulheres passam 4 horas a mais por dia do que os homens. Apenas 28% realizam contribuições de pensão. 70% dos homens e 65% das mulheres ainda estão convencidos de que as mulheres são as melhores cuidadoras e que os homens não sabem como cuidar.





“El Sistema Nacional de Cuidado se incorporó al PND que se debate en el Congreso, en particular los **Artículos 86 y 66**, que esperamos se convierta en la ruta al definir procesos desde el nivel nacional, departamental y municipal.”

Natalia Moreno,
Gerente del Sistema Nacional de Cuidado, Colombia, 2023

“Como logros del movimiento social de las mujeres, aportamos a la política pública de Mujer y Géneros, al Plan de Igualdad de Oportunidades y a la creación de la Secretaría Distrital de la Mujer. Hoy por hoy, **logramos el sistema Distrital de Cuidados.”**

Paulina Triviño, Colombia, 2023
FUNDAC, Colombia

Na **Colômbia**, a **Vice-Presidência** está promovendo a criação de um Sistema Nacional de Cuidados que prevê a criação de uma Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Cuidados com a presença de dez Ministérios. Também está prevista a criação de um Comitê consultivo externo. Em Bogotá, o Sistema de Distrital de Cuidados está em operação e foi iniciado em territórios priorizados onde há um alto índice de dependência e baixa presença institucional. Fórum "Cidades Feministas: Cuidados e Sustentabilidade dos Ecossistemas", Bogotá, 23 de abril.

Na **Chile**, houve progresso em um processo de diagnóstico realizado pela ONUMJERES com o objetivo de criar o projeto de lei do Sistema Nacional de Cuidados. De acordo com o que Rosario Olivares, diretora da Unidade de Gênero do Município de Santiago, apontou no Fórum, esse diagnóstico ainda está muito focado nas pessoas com deficiência. No caso de Santiago, "o atendimento foi pensado como uma Cidade do Cuidado, uma comunidade de cuidado, não apenas como um serviço, o que exigiu virar o conceito completamente." Para criar o Sistema de Cuidados no Bairro -A Vida no Centro- buscando o diálogo entre os diferentes programas existentes.

“La brigada de cuidados es un espacio de cuidados remunerados por el municipio para las cuidadoras, donde pueden trabajar media jornada o jornada completa, ayudando en el cuidado de otras personas, de acuerdo a su capacidad.”

Rosario Olivares
Directora Unidad de Género, Municipalidad de Santiago, Chile, 2023



“Presentamos a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos una opinión consultiva para que se pronuncie acerca del **cuidado como un derecho humano y, a su vez, la interrelación con otros derechos.**”

Ayelen Mazzina,
Ministra de las Mujeres, Géneros y Diversidad, Argentina, 2023

Na **Argentina**, como Ayelen Mazzina, Ministra da Mulher, Gênero e Diversidade da Argentina, disse no Fórum. Na Argentina, uma lei está sendo promovida para permitir a criação de um Sistema Integral de Cuidados em nível nacional. A iniciativa foi apresentada ao Congresso argentino e aguarda tratamento legislativo. No entanto, para avançar nas políticas e ações relacionadas ao cuidado, durante o atual governo, o referido ministério promoveu a criação de uma mesa redonda interministerial sobre cuidados.

A esse respeito, Ana Falú, membro da RMyH ALC, disse: "o Ministério de Obras Públicas da Nação Argentina forma a Mesa Interministerial de Cuidados e destinou 8,5% de seu orçamento para obras de infraestrutura de cuidados no território nacional, algumas das quais já estão em construção". Na Argentina, foi diagnosticado que, em termos de demanda, mais de 16 milhões de pessoas precisam de cuidados, principalmente a faixa etária da primeira infância e pessoas com deficiências. No início do ano, o governo argentino solicitou um parecer consultivo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para que ela pudesse se pronunciar sobre o cuidado como um direito humano e sua inter-relação com outros direitos.

Ana Falú também destacou a importância do Compromisso de Buenos Aires⁸ : "ele reconhece o cuidado como um direito e o direito ao cuidado, ao mesmo tempo em que valoriza o trabalho de cuidado. Dimensões críticas como autocuidado, cuidado comunitário e cuidado em empresas privadas são incorporadas. Também solicita a promoção de medidas para superar a divisão sexual do trabalho que persiste e é decisiva para a carga de trabalho e o tempo das mulheres. Esse compromisso de Buenos Aires, embora não seja vinculativo, é um dever dos Estados da América Latina e do Caribe para avançar em direção a uma sociedade do cuidado, mais justa em sua organização social e para promover um novo desenvolvimento que incorpore a dimensão de gênero nas esferas econômica, social e ambiental."



⁸ Compromisso de Buenos Aires: adotado na XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, organizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), pelo Escritório Regional das Américas e o Caribe da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento da Mulher (ONU Mulheres) e pelo Governo da Argentina. Esse evento foi realizado de 7 a 11 de novembro de 2022.



Na **Guatemala**, ainda não há um sistema explícito de cuidados, há serviços de apoio aos cuidados, mas houve pouco progresso. Questões como a soberania alimentar ou o cuidado com as sementes nativas ainda não foram desenvolvidas institucionalmente.

No **Brasil**, os cuidados continuam a ser abordados pelas instituições de forma fragmentada e com orçamento insuficiente. O artigo 9 da lei "Minha casa, minha vida" é relatado como um avanço, que, com base na abordagem diferencial, propõe o acesso à moradia para mulheres que sofreram violência.

Atualmente, a institucionalização dos sistemas de cuidados por meio de sua inserção em políticas públicas e Planos de Desenvolvimento nacional ainda é incipiente. Em nível territorial, há registros de progresso, especialmente nas cidades capitais. Isso pode ser explicado pelo fato de que é nessa escala, a escala territorial, que a dinâmica do cuidado se manifesta. As infraestruturas de cuidados podem ser instrumentos de redistribuição em nível territorial, redistribuição do orçamento, mas é necessário que a vontade política dos países se manifeste em projetos nacionais, bem como na alocação de orçamentos que possam ser complementares aos orçamentos municipais.

Além das instalações institucionais coletivas, a infraestrutura de cuidados deve incorporar medidas destinadas a garantir moradia decente e adequada para as mulheres, especialmente aquelas que cuidam de pessoas dependentes.

É essencial pensar em cidades e territórios cuidadores. Cidades e territórios seguros para mulheres e meninas, com espaços públicos projetados, mantidos, iluminados, acessíveis, com informações e sinalização. Com mobilidade multimodal para o cuidado. Pois os cuidados abrangem mais do que serviços e equipamentos. Os sistemas de cuidados estão intimamente ligados aos cuidados com o planeta e os ecossistemas. Da água, das florestas, das sementes, da terra.

A institucionalidade também deve contar com a academia e sua visão das cidades, bem como com o conhecimento das mulheres e das organizações nos territórios para seus projetos institucionais e também para a execução das políticas.



3. Para onde vamos

A partir do trabalho sustentado e persistente das organizações que integram a RMyH na América Latina e no Caribe em seus respectivos territórios, juntamente com outras organizações sociais e de mulheres, avançou-se no posicionamento do direito à cidade para as mulheres como um macrodireito, que incorpora temas como os ecossistemas em suas diversas escalas e com seus componentes de cuidado, soberania alimentar, água e moradia, entre outros. Uma das estratégias, que consiste no fortalecimento das organizações, contribuiu para a consolidação da liderança das mulheres no intercâmbio com os governos locais e nacionais, com os resultados já descritos nos pontos anteriores. O que temos agora é o resultado de uma longa trajetória de compromisso, reflexão e troca de conhecimento a partir da prática nos territórios, com as mulheres que neles vivem no cotidiano.



O trabalho em rede além de projetos específicos possibilita impulsionar o progresso por meio de trocas entre organizações, de modo que as experiências em alguns territórios sejam valiosas e adaptáveis às especificidades de outros.

Nossa atuação diante das realidades concretas de como as mulheres e as diversidades vivem na cidade e nos territórios e das propostas de avanços para o pleno exercício de sua cidadania se baseia nos princípios da RMyH ALC e em uma interação dinâmica entre o conceitual, o metodológico e o político. Temos algumas certezas, mas cada interação

incorpora novas dúvidas, perguntas e possíveis respostas que surgem com as mudanças nos contextos macro e micro das cidades, dos territórios e de suas populações.

3.1. Notas conceituais – O tecido feminista:

Embora o foco da RM&H LAC seja a mulher, nosso interesse fundamental é a sustentabilidade da vida. Dessa forma, nos posicionamos a partir das realidades e demandas das mulheres, para tornar visíveis a desigualdade e a discriminação e mostrar caminhos e opções para uma vida digna para todas as pessoas.

Os projetos realizados estão conceitualmente enquadrados no direito de diversas mulheres à cidade e ao território, com foco nos ecossistemas relacionados ao desenvolvimento da vida, entendendo-a como o sistema no qual a comunidade e o ambiente natural coexistem, considerando as características específicas de cada território e a própria moradia como um ecossistema.

Nosso trabalho nos territórios mostra como o desenho das cidades deixa de lado as necessidades específicas das mulheres e as diversidades que as habitam, não apenas como indivíduos, mas também em apoio a outras pessoas: crianças, idosos, pessoas com deficiência ou doentes, entre outros, sem considerar, por exemplo, os trajetos que marcam a vida cotidiana das mulheres (para escolas, mercados, serviços sociais como creches ou centros de saúde). Nesse sentido, as mulheres apresentam o desafio de construir coletivamente cidades mais atenciosas, resilientes e seguras para si mesmas e para todos os outros, e exigem espaços equitativos nos quais todos possam reivindicar seu direito à cidade.



Falar sobre cidades feministas implica abordar conceitualmente o direito das mulheres à cidade, reconhecendo e valorizando a reprodução cotidiana da vida, questionando as condições em que a reprodução ocorre, tanto no âmbito privado quanto no público. É assim que surge a abordagem dos ecossistemas para o desenvolvimento da vida. A preocupação com o local e a organização social dos cuidados, a disponibilidade, o controle e o acesso a recursos, bens e serviços que sustentam a vida, o bem-estar. Também implica o reconhecimento da relação de interdependência entre a comunidade, o meio ambiente, o território socialmente construído e o espaço público, ecossistemas onde habitamos, vivemos e convivemos. Estamos interessados em aprofundar nossa compreensão do direito à água, à moradia e à alimentação no contexto do direito à cidade e em destacar a maneira pela qual as mulheres defendem esses direitos.



Foto: Ciscsa, Georreferenciamento, bairro Marechal, Córdoba, Argentina (2022).



Foto: Fundação AVP, Georreferenciamento do quarteirão de Bosa, Bogotá, Colômbia (2021).

A visão feminista dos territórios também analisa os processos e a liderança das mulheres e de outras organizações sociais. O caráter estrutural das dificuldades de acesso das mulheres ao direito à cidade e aos territórios é contrabalançado pela resiliência nos territórios das mulheres que se posicionam como líderes, além de sua situação real como pessoas em situação de maior vulnerabilidade devido à desigualdade, à discriminação e à responsabilidade desproporcional pelo trabalho de cuidado. Também é possível observar o papel específico das mulheres no enfrentamento de desastres ambientais e sociais nos territórios, atuando na gestão de riscos e em tarefas de cuidado e manutenção da vida, bem como na prevenção da violência contra mulheres, meninas e pessoas diversas.

O padrão de gênero de nossas sociedades -patriarcal e heteronormativo- foi histórica e culturalmente consagrado na separação conceitual e física entre o trabalho produtivo e o reprodutivo e contribuiu para a invisibilização e a desvalorização deste último (Durán, 2018). De fato, o principal obstáculo à plena inserção das mulheres no mercado de trabalho está relacionado à sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados. Quando falamos em cidades do



cuidado, não estamos falando apenas da necessária valorização do trabalho reprodutivo das mulheres, o que implicaria continuar com a sobrecarga do trabalho de cuidado como responsabilidade exclusiva das mulheres. (Segovia, 2023). Uma abordagem emancipatória do cuidado implica a corresponsabilidade pelo cuidado por parte do Estado, das organizações sociais, dos homens e das mulheres.

A experiência da RMyH LAC, tanto em relação aos cuidados com o ecossistema quanto à avaliação dos sistemas institucionais e sociais dos cuidados em territórios específicos de vários países, permitiu diagnosticar como nós críticos de cuidados, as desigualdades estruturais de gênero, a pobreza em termos econômicos, bem como as possibilidades de uso do tempo e do espaço, e aspectos relacionados à governança com diferenças importantes entre os países latino-americanos.

Da mesma forma, foi possível detectar duas tendências regionais que têm um impacto fundamental sobre a carga de cuidados: o aumento da expectativa de vida na região, que afeta fundamentalmente a carga de cuidados dos idosos, e o aumento da população migratória, que acrescenta um fator de vulnerabilidade, especialmente para mulheres com filhos e outros dependentes.



Outra situação prioritária no atendimento, que tem ocupado um lugar de destaque na agenda social nos últimos anos, são os desastres socioambientais em suas diversas manifestações, que estão se tornando cada vez mais frequentes devido aos efeitos da mudança climática. Esses desastres têm um impacto especial na carga de trabalho de cuidados, pois seu impacto é sentido de forma diferente não apenas de acordo com fatores como gênero e idade, mas também de acordo com o status étnico e racial, o que influencia a capacidade de se preparar e responder ao risco de desastres. Nesse sentido, o marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015) reconhece a necessidade de adotar uma abordagem de gênero inclusiva e participativa para a redução do risco natural que dê atenção especial às pessoas desproporcionalmente afetadas por desastres. (Rodríguez, 2023).

Abordamos a necessidade do reconhecimento do cuidado como um direito, uma proposta atualmente apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos pelo governo argentino, o que implica incorporar normas e princípios, bem como ações, políticas, programas e alocação de recursos, nas ações dos Estados e das comunidades organizadas, em situações concretas, com base



nos princípios dos direitos humanos. Dessa forma, o cuidado deve ser transversal. De acordo com Diane Elson (2008), o reconhecimento do cuidado como um direito implica: "Reconhecer, Redistribuir e Reduzir o trabalho de cuidado não remunerado realizado pelas mulheres, bem como a Representação, promovendo um diálogo entre as mulheres cuidadoras, os coletivos sociais do território e as políticas municipais." Foram identificados os seguintes desafios para a plena realização do direito das mulheres ao cuidado:

Desfeminizar

Desconstruir os papéis de gênero, tornando o cuidado uma escolha, e incluir os cuidadores não remunerados na proteção social.

Incentivar a corresponsabilidade entre o Estado, o mercado, a comunidade e as famílias e promover o equilíbrio entre homens e mulheres nos lares.

Desmercantilizar

Mudar o conceito de "quem pode pagar, pode acessar", o acesso aos serviços de cuidado é uma forma de reduzir as desigualdades sociais, garantindo os direitos daqueles que precisam de cuidados e daqueles que cuidam.



A justiça econômica para as mulheres foi identificada como um eixo transversal nas políticas institucionais e sociais em relação ao cuidado. Propõe-se que seja abordada do ponto de vista da remuneração e da compensação, a fim de evitar o perigo de continuar a reproduzir a naturalização do cuidado com as mulheres. Queremos reconhecimento para que o trabalho seja valorizado, por isso falamos sobre a economia do cuidado.

Questões como a perspectiva do rural para o urbano estão sendo abordadas por organizações de mulheres que vivem em áreas periféricas e rurais das cidades. Esse é o caso de Usme em Bogotá, onde, de acordo com o Fórum, as organizações de mulheres estão tornando a visão urbana tradicional da ruralidade mais complexa ao tentar garantir que os processos de planejamento das cidades incorporem as preocupações dos "de fora" que veem a maneira pela qual a cidade está destruindo a água em sua localidade. Da mesma forma, um problema emergente em cidades como Bogotá, que têm um sistema de cuidado institucional, é a dificuldade de implementá-lo em áreas rurais, tanto por causa das distâncias e dos custos quanto por causa das diferentes dinâmicas populacionais.



As diversas abordagens do cuidado alertam para o risco de se conceber as mulheres como usuárias e não como sujeitos de direitos, que, além de receberem serviços, os prestam coletivamente, desafiam o trabalho institucional e fornecem inúmeras contribuições teóricas, abordagens, formas de atuação e metodologias para tornar o cuidado uma realidade como direito e não como serviço. Durante o fórum, Maité Rodríguez destacou o caso da experiência de cuidado: "utopias de Ixtapalapa" na Guatemala, onde a grande diferença em relação a outros sistemas institucionais é que as mulheres se sentem proprietárias das utopias.

As mulheres nos territórios se perguntam como incorporar a participação dos homens, tendo em vista que os homens estão mais envolvidos em vínculos políticos, enquanto, em termos gerais, são as mulheres que se encarregam da gestão direta e cotidiana.

Outra questão importante em relação à segurança e à proteção das mulheres que atuam nos territórios é como proteger as mulheres líderes que promovem ações para cuidar dos ecossistemas, das pessoas e das comunidades em territórios de alto conflito social, como as cidades latino-americanas,

onde muitas dessas mulheres foram assassinadas ou são vítimas de ameaças.

Considerando a inter-relação entre os sistemas de cuidados e as crises ambientais nas cidades, é essencial integrar não apenas a abordagem de gênero, mas também a sustentabilidade dos cuidados. Na Argentina, por exemplo, de acordo com Rocío López Arzuaga, do CISCISA Argentina, elas puderam observar que, na recente crise do sistema de saneamento, as soluções tiveram que se basear na gestão de resíduos geralmente assumida pelas mulheres, pois elas incorporaram empiricamente em seu trabalho a visão do ambiente em que vivem como um ecossistema que deve ser cuidado. Dessa forma, também houve progresso na detecção da necessidade de ampliar as pesquisas sobre o tempo que as mulheres gastam em cuidados domésticos para incluir o tempo que elas dedicam aos cuidados comunitários.

Durante os intercâmbios no Fórum mencionado acima, a necessidade de "desinstitucionalizar" a advocacia foi mencionada como uma questão estratégica. Nesse sentido, as relações com a administração pública não se limitam ao diálogo com as instituições, mas, em muitos casos, é necessário tomar medidas para forçar a tomada de decisões. Como disse Luz Marina Lurduy:

Foram as mulheres que apresentaram a ideia de que precisávamos ter um sistema e, agora, com a França, nós, mulheres, negociamos um pacto para que ela e ele incluíssem o sistema de



Foto: RMyH ALC, Fórum de Cidades Feministas, Cuidado e Sustentabilidade dos Ecossistemas, Bogotá, Colômbia, 2023.



cuidado como um compromisso e, no Plano de Desenvolvimento, estamos pressionando para que ele também tenha um orçamento e seja incluído como um artigo, pois, caso contrário, morrerá ali. Quando estava ouvindo-as ontem sobre a institucionalização da incidência, fiquei pensando: aliar-se à estrutura institucional é muito importante, mas a estrutura institucional não esgota as demandas das mulheres. As feministas fizeram exigências que ninguém jamais viu nesta sociedade.

3.2. Notas metodológicas – Tecendo entre mulheres

Embora a garantia do direito à cidade para as mulheres deva ter uma expressão material para cada mulher individualmente, outra de nossas premissas metodológicas é a prioridade do **trabalho coletivo**. Nesse sentido, Ana Falú, da RMyH ALC na América Latina, advertiu no Fórum que é necessário ter sempre em mente, em nossas interações nos territórios, que elas não contribuam para a lógica de sobrecarregar ainda mais o trabalho não remunerado das mulheres e, nesse sentido, destacou: "Por esse motivo, o feminismo avançou na criação de um slogan político, teórico e conceitual: o coletivo acima do individual. Queremos a coleta de água, ou a horta em cada casa, mas temos que pensar coletivamente; não queremos mais plantar casas individuais onde cada casa tem uma máquina de lavar para que a mulher possa avançar, mas os espaços e vetores em termos de tempo, espaço e custo.

Como prioridade metodológica no trabalho da RMyH ALC, destacamos o **trabalho em processos**. A esse respeito, Maité Rodríguez destacou no Fórum: "Não trabalhamos com uma abordagem projetiva porque trabalhamos com processos, as ações não são concluídas quando os projetos são concluídos. O projeto é oportuno." Isso garante a necessária continuidade dos processos; uma relação horizontal com as comunidades com as quais interage e uma profundidade tanto nas relações pessoais quanto no conhecimento dos problemas e dos mecanismos de resiliência das pessoas que



Foto: Exposição de Paula Triviño no Fórum de Cidades Feministas, Cuidado e Sustentabilidade dos Ecossistemas, Bogotá, Colômbia,

habitam nos territórios. Dessa forma, os resultados pontuais do projeto são aprimorados. "É muito valioso que, com a existência de experiência anterior e um legado, um microprojeto funcione. Essa lógica de rede é própria da RMyH ALC, trabalhar no território, ver-se refletido na experiência da outra é uma prática e metodologia feminista e da RMyH ALC. É um acúmulo e sempre continuamos a nos surpreender com o poder do trabalho da rede". Paola Blanes (Argentina)

Alguns dos processos, como é o caso das Escolas de Liderança na América Central, além de seus objetivos específicos, contribuem para o trabalho de manter as relações entre as participantes dos diferentes processos, bem como para a troca de conhecimentos. Da mesma forma, as organizações que compõem a RMyH ALC não existem por causa dos projetos; são os projetos que existem por causa das organizações e contribuem para garantir sua continuidade. Esse é o caso, por exemplo, da FUNDAC, que trabalha há mais de quatro décadas pelo direito à cidade para as mulheres em Bogotá, ou das muitas organizações de mulheres que lutam há mais de 15 anos para obter o direito ao aborto na Argentina. Hoje, a Escola de Liderança tem continuidade além do projeto que a iniciou, por meio de um grupo de WhatsApp formado pelos participantes, por meio do qual continuam trocando experiências e mantendo laços de amizade e solidariedade,

o que lhes permitiu, inclusive, ampliar as ações de defesa e denúncia de seus membros em nível internacional.

A possibilidade de **compartilhar os projetos e ações** que a RMyH ALC realiza em cada um dos países e territórios, por meio de reuniões virtuais permanentes e, na medida do possível, encontros presenciais, são essenciais para promover o trabalho em rede e o fortalecimento dos processos por meio da troca de experiências e conhecimentos. Durante a implementação da Escola de Liderança na América Latina, a experiência de manejo de hortas rurais na Guatemala motivou as mulheres que trabalham no setor de moradias no Brasil a criar hortas urbanas. De acordo com Maria de Fátima dos Santos, da União dos Movimentos de Moradia, em São Paulo, Brasil: "Por meio desse curso, temos várias companheiras que produzem hortas para todos os companheiros da União de Moradia e alguns remédios caseiros que estão produzindo." Por sua vez, as mulheres da Guatemala que trabalharam em projetos de purificação de água enriqueceram sua perspectiva política sobre esse recurso ao aprenderem sobre as experiências de poluição da água causadas pela mineração em El Salvador e na Amazônia e no sudeste do Brasil. Da mesma forma, o trabalho de incidência política em defesa dos ecossistemas femininos em El Salvador forneceu ferramentas importantes para as estratégias de luta e estratégias de incidência às mulheres em outros países.

A relação das organizações que compõem a RMyH ALC é sempre uma relação de confiança no trabalho das mulheres, portanto, os processos de intervenção partem das mulheres, pois são elas que conhecem sua realidade e sabem o que precisam e as possíveis soluções para seus problemas.

A virtualidade como ferramenta foi revalorizada pela RMyH ALC como resultado da necessidade gerada pelo isolamento social exigido pela pandemia. O trabalho por meio da mídia virtual, especialmente com relação à Escola de Liderança, por um lado, contribuiu para aproximar os participantes das redes

sociais e de uma ampla gama de mídia virtual. Da mesma forma, por esse meio, foi possível para a RMyH ALC incorporar um número maior de mulheres à escola e promover intercâmbios entre mulheres de Salvador, Brasil e Guatemala, o que, se fosse possível presencialmente, teria envolvido altos custos. Na Colômbia, por exemplo, a virtualidade possibilitou a conexão de mulheres líderes de municípios distantes do centro do país com a Escola de Liderança, que agora são formadas em direito das mulheres à cidade e ao território, credenciadas pela Universidade de Rosário.

Nesse ponto, incorporamos a questão das **alianças com a academia** como estratégia metodológica, pois, embora trabalhemos a partir de um paradigma que busca associar o ético, o político e o prático, nossa prioridade, orientada pelo feminismo, é a geração de conhecimento empírico e situado. Estamos cientes de que, por trás de toda boa prática, há uma teoria que a sustenta. Nesse sentido, consideramos que nossas articulações com o meio acadêmico são valiosas pela oportunidade de refletir, direcionar e



Photo: RMyH ALC, Norma Choc and Graca Xavier, Feminist Cities Forum, Care and Sustainability of ecosystems, Bogotá, Colombia, 2023.

sistematizar nossas ações. Da mesma forma, e em um sentido mais pragmático, no caso da Escola de Liderança, a validação do processo pelas Universidades de El Salvador e da Colômbia foi altamente estimulante para as mulheres participantes.

As metodologias de trabalho que foram



priorizadas no âmbito do projeto "Cidades e Territórios que Cuidam" foram baseadas na geração de conhecimento no território. Assim, o mapeamento social é uma ferramenta privilegiada para compreender a realidade imediata em que a vida das mulheres se desenvolve. Os mapas georreferenciados elaborados com as mulheres permitem que elas organizem suas percepções e pensamentos sobre o que está acontecendo em seus territórios, apoiados por planos de ação com uma abordagem de gênero para negociação com atores políticos e sociais e autoridades locais que lhes permitam promover a igualdade das mulheres nas cidades e territórios. A isso se somou a construção de instrumentos específicos, entre os quais se destaca o "Índice de Vulnerabilidade Territorial", projetado e aplicado para a análise da prestação de serviços de cuidado em Córdoba e José C Paz em Buenos Aires, Argentina. Variáveis populacionais, econômicas e espaciais/urbanas foram usadas para avaliar as necessidades específicas das pessoas vulneráveis.

A sistematização em si é um desafio metodológico, pois permite o intercâmbio com outros países e o reconhecimento local para dar continuidade ao trabalho.

Campanhas de mídia permanentes.

O autocuidado como prática cotidiana é um aspecto entre o metodológico e o político, que colocamos aqui como aspiração ou autocrítica, porque é difícil para nós, como mulheres, abandonar a tendência de sempre fazer demais e muito do que está em nossas mãos, mesmo à custa de nossa saúde física e mental. Esse é um tópico importante para reflexão, a fim de "cuidarmos" para que não incorramos na incoerência de buscar tornar nossas cidades cuidadoras, que a ética do cuidado seja adotada como referência social e política e que isso seja alcançado às nossas próprias custas.

3.3. Notas políticas – tecendo alianças

O trabalho "em processos" permitiu que a RMyH ALC tivesse um acúmulo de relações políticas e sociais de longa data nos territórios.

O feminismo como horizonte político e prática cotidiana vem construindo fios finos e fortes entre mulheres em organizações sociais e políticas e mulheres feministas que atualmente ocupam posições estratégicas nas administrações públicas locais e nacionais. Isso gerou "alianças virtuosas" que foram tecidas ao longo do tempo. Dessa forma, as mulheres temos um compromisso mais profundo, bem como a garantia de que, por estarmos em lugares estratégicos, essas mulheres estarão posicionando nossas demandas e terão nosso conhecimento acumulado e nossas propostas para incorporar aos planos e políticas em relação ao direito das mulheres à cidade.

O trabalho em território nos permitiu detectar que, além das relações estreitas com as organizações de mulheres, é necessário estender essas alianças a organizações territoriais de diferentes tipos. O trabalho realizado em Santiago, no Chile, em torno das práticas comunitárias de cuidado, chamou a atenção para organizações como cozinhas comunitárias, profissionais, organizações do setor informal que poderiam gerar alimentos, sem cuja organização e experiência em lidar com situações catastróficas, os efeitos da pandemia teriam sido devastadores. Essa constatação nos levou a buscar estratégias para que os sistemas de cuidado individual às mulheres, de cuidado comunitário e de cuidado institucional "conversem". Em Bogotá, por exemplo, as organizações de mulheres que tradicionalmente trabalhavam em sistemas de assistência comunitária agora compõem o Conselho Consultivo de Mulheres, que agora exige maior participação como especialistas na elaboração e implementação de políticas de cuidados, além de serem consideradas apenas como usuárias de serviços de cuidados.

Também foi detectada a necessidade de promover e aumentar os vínculos entre essas organizações e as mulheres cuidadoras, que, restritas à esfera doméstica, em muitos casos não percebem o valor de seu trabalho, naturalizado como um papel feminino.

Essa interação entre o privado, o comunitário e o público em relação aos cuidados requer uma abordagem complexa. Embora os serviços comunitários prestados pelas organizações de



bairro contribuam para socializar os cuidados fora do âmbito privado do lar, eles representam o risco de que essas tarefas continuem sendo de responsabilidade majoritária das mulheres, sem o reconhecimento econômico e social de seu trabalho. Sem o acompanhamento de uma política pública distributiva que melhore suas condições de trabalho, a "coletivização dos cuidados" em nível comunitário pode mais uma vez vulnerar e sobrecarregar as mulheres, especialmente aquelas em condições mais vulneráveis.

Por outro lado, é importante continuar a tarefa de buscar fechar a lacuna de apropriação das mulheres encarregadas do trabalho de cuidado em seus lares, aproximando-as do que o feminismo apontou como uma de suas premissas: que o privado também é político. Como disse Ana Falú (Argentina) no "Fórum de Cidades Feministas": "as mulheres falamos sobre ordem em nossas casas e podemos fazer o mesmo em um território, com o desafio de nos apropriarmos da narrativa do planejamento territorial."

Vemos demandas e necessidades que vão além do lar: o território da comunidade, a cidade e os espaços verdes. É essencial fortalecer a participação política e social das

mulheres organizadas nos territórios para que possam fazer ouvir suas opiniões e demandas e para que, uma vez alcançadas as políticas favoráveis ao cuidado e à defesa dos ecossistemas, elas possam monitorar seu cumprimento. Isso requer informações qualitativas e quantitativas de qualidade. Assim, Linda Baquero (Colômbia) enfatiza a necessidade de divulgar informações sobre o trabalho da RM&H ALC: "Muitas mulheres não conhecem as redes, os processos coletivos nos territórios e são grandes aliadas, para entrar onde elas não entraram, para que as cidadãs saibam que elas existem".

Em termos de posicionamento político do cuidado como uma questão relevante para a política pública, nos países latino-americanos pode-se observar uma situação favorável nas esferas locais e nacionais que começaram a incorporá-lo. Informações como as fornecidas pelo projeto sobre cuidados realizado em Bogotá, onde se constatou que uma demanda importante das mulheres é o apoio no cuidado de crianças com mais de cinco anos e adolescentes, são um apoio qualificado para a incorporação dessa necessidade no Sistema Nacional de Cuidados que está sendo promovido pela Vice-Presidência na Colômbia.

Em nível internacional, o apelo da RMyH ALC é





para fortalecer as alianças. Foi o que Maité Rodríguez (Guatemala) disse no Fórum: "formar alianças não apenas em nível nacional, mas também com relatores sobre direitos humanos, moradia, violência, porque os governos ditatoriais os recebem, ou pelo menos são mais ouvidos".

3.4. Reflexões finais, Ana Falú⁹

A característica distintiva da RMyH ALC em relação a outras redes feministas é que trabalhamos com as condições territoriais, com as condições de habitat, moradia, serviços urbanos, acessibilidade e, é claro, nosso trabalho tem tido historicamente um ponto de corte: embora todas as mulheres mereçam atenção pública e políticas públicas, temos muita clareza de que há algumas que são muito mais merecedoras. Esse corte é uma constante que estamos aprofundando, há novas interseções muito mais definidas, mais explícitas, que têm a ver com toda a diversidade étnica, racial, etária, de deficiência, de identidade sexual, de território de origem, de população etc.

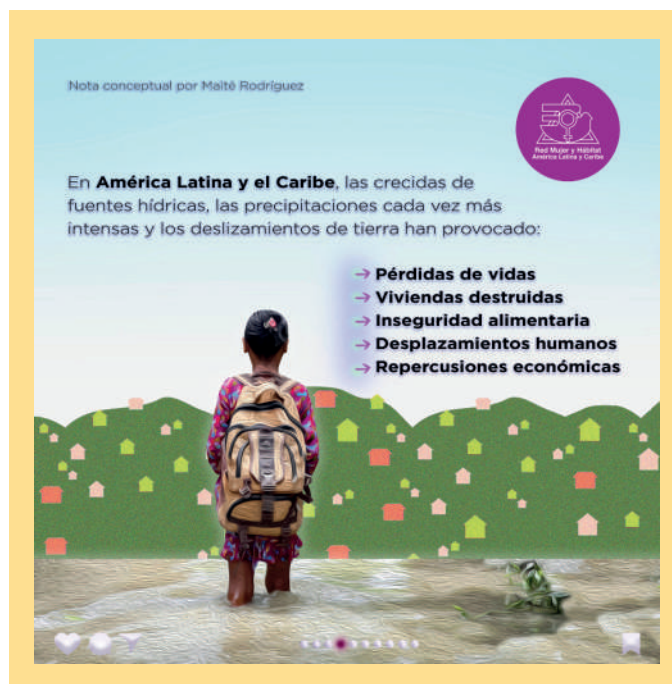
Mas nossa interseção central são os territórios e é por isso que temos trabalhado, o índice de vulnerabilidade territorial sob a perspectiva das mulheres é uma contribuição muito específica que nos fala sobre as mulheres e suas diversidades, mulheres migrantes, mulheres indígenas, mulheres negras, mulheres idosas, etc. Essa é a nossa interseção central, não há outra preocupação, é por isso que estamos ligados aos governos locais, é por isso que queremos influenciar as políticas territoriais, as políticas locais, os planos de manejo territorial e os orçamentos territoriais. Porque é isso que faz a diferença multicultural, da diversidade, é o território como uma variável central, o território como uma variável ativa.

A opção pelas mulheres mais vulneráveis é uma marca registrada de nossa abordagem. Analisar as questões da mudança climática, da soberania alimentar e da sociedade do cuidado a

partir dessa perspectiva nos orienta porque não será a mesma coisa cuidar dos bairros ricos da nossa América Latina, que são tão ricos quanto os mais ricos dos chamados países desenvolvidos, do que cuidar dos bairros pobres. É por isso que falamos de territórios destituídos da condição urbana de cidadania.

O trabalho sobre o impacto dos sistemas alimentares de organizações em territórios cujos conhecimentos e trajetórias podem ser transferidos para outros incorpora eixos de argumentação do conhecimento que significaram o fortalecimento das organizações da RMyH ALC e de outras organizações. Contamos com as vozes dessas diversas mulheres de seus territórios, buscando dar conta do impacto das mudanças climáticas em suas próprias realidades, das alternativas de iniciativas para poder influenciar as agendas políticas.

Vandana Shiva afirma que a água e a terra não são apenas recursos, mas sistemas complexos com os quais temos que trabalhar para preservar a humanidade. Essa é a nossa visão compartilhada. Na América Latina e no Caribe, estamos



⁹ Intervenção de Ana Falú, diretora do RMyH ALC e conselheira do GRRIPP no Fórum: "Cidades feministas: cuidado e sustentabilidade dos ecossistemas" Bogotá, abril de 2023.



interessados em olhar para nós mesmos em nossa própria crise, em nosso próprio contexto. Falar a partir dessas vozes de resistência a essa depredação na América Latina. Falar do extrativismo. A RMyH ALC está aprofundando o conceito de extrativismo, que, em termos coloquiais, tira tudo e não deixa nada. Quando uma população fica sem água por causa da mineração, quando a produção agrícola extrai tanto que deixa um deserto. Isso é extrativismo sobre a água, sobre os minerais, sobre a terra. Na RMyH ALC, sempre dissemos que o extrativismo só deixa pobreza e já aprendemos que, quando há pobreza, quem perde são as mulheres, como aconteceu com a crise gerada pela pandemia (sempre dissemos isso, o interessante é que agora a CEPAL diz isso). Aqueles que estavam saindo da pobreza antes da pandemia voltaram a ficar abaixo da linha da pobreza. Portanto, já sabemos que quando há extrativismo, quando há expulsão, quando há pobreza, são as mulheres as primeiras a sofrer as consequências.

Essa concepção depredatória e fragmentadora que encontra expressão nos territórios exige uma análise do conceito de extrativismo na esfera urbana, que tem a ver com o financiamento de bens urbanos e moradia. E com o deslocamento de setores empobrecidos para as periferias e as margens.

Na Argentina e no restante da América Latina, em todas as invasões de terra ocorridas recentemente, a maioria dos envolvidos são mulheres com filhos e filhas. Essa é uma questão que deve nos preocupar e que está vinculada. O direito das mulheres à cidade, como diz Lucía Villafañe, deve compreender a inter-relação de todos esses aspectos para ter uma visão política desses processos, para ver como podemos realmente garantir que podemos influenciar os governos, incorporar políticas, incorporar regulamentações.

O direito das mulheres à cidade é o grande guarda-chuva conceitual; o direito ao seu

uso material, o direito aos seus instrumentos e aos seus elementos de gestão, o direito de romper esse mundo intangível do simbólico, que continua a gerar violência contra as mulheres, o que podemos verificar em questões cotidianas, como sinais de trânsito com desenhinhos de homens ou nomes de ruas e praças ou cavalheiros a cavalo com espadas em todos os espaços públicos, sem que haja nesses lugares uma enfermeira, uma parteira, muitas mulheres valiosas que deram tanto. É por isso que buscamos garantir os direitos das mulheres, aprofundar e nos articular para consolidar lideranças, instalar processos para o cuidado com os ecossistemas, é por isso que buscamos influenciar políticas e o cuidado é um ponto de referência importante no qual estamos trabalhando e no qual estamos nos aprofundando há décadas.

Na década de 1990, a preocupação era em relação ao cuidado infantil - Esse era o foco, por quê? Porque estávamos convencidos de que, se as mulheres não podiam ter autonomia, essa tarefa que significa manhã, tarde e noite e cuidar de uma pessoa pequena (nós, pessoas, somos os únicos que demoramos tanto para cuidar de nós mesmos), sabíamos que elas não poderiam ter autonomia. Mais tarde, a vida nos mostrou a complexidade do cuidado e o feminismo nos mostrou outras abordagens. Além disso, na quarta Conferência Mundial da Mulher, pela primeira vez, conseguimos garantir que os estados da América Latina e do Caribe tivessem estatísticas desagregadas por sexo. Eles não existiam, mas ali vimos um salto qualitativo significativo, que foi trabalhar com o uso do tempo.

Desde o final da década de 1990 e o início do século XXI, o número de institutos oficiais de estatística em todos os países da região tem aumentado, e eles têm encarado isso como um desafio e um desafio. Isso é um produto da região, não foi dado, nós o conquistamos com muito trabalho. O que fizemos desde a RMyH ALC foi contribuir com a dimensão do



espaço, do território, para esse uso do tempo. Assim, variáveis como tempo, espaço, territorialidade, custos materiais e custos simbólicos do cuidado na vida das mulheres, quando analisadas a partir da interseção dos territórios, nos mostram uma realidade: os territórios não são homogêneos, por isso estamos trabalhando com o índice de vulnerabilidade territorial, é como esses territórios respondem, como essas condições, sociais e também as causadas pela natureza, são abordadas ou agravadas.

Vemos que esse tempo, esse espaço, esse custo, a desigualdade dos territórios em relação aos papéis instalados pela divisão sexual nos mostra, dia após dia, o fato de que a cidade é pensada e desenvolvida para um homem adulto e trabalhador e, portanto, é desconfortável e hostil para aqueles que não são homens, não são adultos e não são trabalhadores. É isso que estamos questionando: essa cidade androcêntrica pensada em uma chave masculina, essa cidade que não pensa nas mulheres. Uma cidade que não cuida daqueles que não têm moradia, um abrigo decente, porque se não há moradia, não há direitos. A moradia é a porta de entrada para os direitos, como afirmam nossos companheiros da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

A RMyH ALC reafirma e insiste na priorização do coletivo e é nesse território que podemos pensar que as infraestruturas de cuidado são realmente instrumentos de equalização social. Quanto mais priorizarmos os territórios da desigualdade, mais equalizaremos e geraremos autonomia. É imperativo que as feministas tirem o cuidado da obscuridade, como fizemos com a violência contra as mulheres. O cuidado também é um tema da agenda feminista no qual temos que insistir, porque o cuidado verdadeiramente desfeminizado, desmercantilizado e despatriarcalizado são lemas poderosos e potentes que temos que repetir até cansar. Sabemos que são muito difíceis, e é por isso que os

compromissos das mulheres, das agências de cooperação, do GRRIPP, das fundações, com o trabalho concreto das organizações feministas, dos grupos coletivos de mulheres na base para apoiar a liderança das mulheres, são fundamentais para o progresso dessa desconstrução.

Isso não é feito de cima para baixo. Precisamos do compromisso e da vontade política de cima, certamente dos recursos, mas precisamos fortalecer os processos para instalá-los e torná-los uma questão pública, uma questão de opinião pública. Ninguém tem permissão para dizer (isso é o que debatemos muito com o ato, porque sempre dizemos que quando isso se torna um tema comum, então o colocamos na pauta) que ninguém acha que tem permissão para fazer declarações como: "Bem, mas se as mulheres são mães, os homens não são pais? Esses conceitos básicos que compõem a divisão sexual do trabalho e o conceito de cuidado, sobre os quais temos refletido e progredido, mas que não estão instalados na sociedade como um todo, quando conseguirmos incorporá-los a partir da base das comunidades, dos bairros, das organizações, é quando nós, como sociedade, teremos entendido que não podemos falar de um mundo produtivo sem falar do mundo reprodutivo, que eles são um contínuo, assim como falamos de violência privada e pública como um contínuo.

Temos que falar sobre cuidados, reprodução e produção como algo que exige um do outro. Marta Lamas também diz que esse será realmente o caminho para que as mulheres saiam do mundo da reprodução. Nossa responsabilidade e o território têm muito a ver com isso. Nós, que trabalhamos no território, sabemos muito bem disso. Onde estão localizadas as moradias? Como a moradia, que é o local da vida cotidiana e da reprodução social, está situada em relação aos locais de produção? Por esse motivo, o conceito de cidade é visto mais como produtivo e o de bairro como reprodutivo. O bairro é a escala mais doméstica, a mais feminina,



onde os vínculos são tecidos, onde os relacionamentos são feitos, onde os cuidados são tomados ou poderiam ser tomados.

O Estado tem uma responsabilidade, não apenas o Estado, mas também a sociedade e as comunidades. Precisamos pedir ao Estado subsídio explícito, apoio explícito e transparente.

Essas são as dimensões que surgiram como temas, linhas que aprofundam um debate e que têm a ver com territórios. Porque tem a ver com os custos das distâncias envolvidas na vida das mulheres em particular e como a cidade é

pensada funcionalmente. Uma cidade, um bairro que reconhece ou valoriza as mulheres é aquele que redistribui o trabalho de cuidar de pessoas dependentes. Mas também trabalho comunitário e coletivo. Quando há necessidade de água ou de um jardim, as questões se cruzam: tem que ser uma responsabilidade coletiva, pública e social.

As relações acumuladas de um grupo de organizações que trabalham em uma rede como a RMyH ALC, com base em trajetórias conjuntas e caminhos percorridos, não é apenas um dado e tem imenso valor como uma conquista concreta em cada troca concreta com



Nosso compromisso como feministas, além de projetos específicos, é dar continuidade aos processos, continuar trabalhando juntas, continuar tecendo uma rede.





BIBLIOGRAFIA

CEPAL, (2020). CEPAL. "A América Latina e o Caribe diante da pandemia da COVID-19. Impactos econômicos e sociais", 2020. <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/45337>

Contreras, Trujillo (2017). Contreras Hernández, Paola; Trujillo Cristoffanini, Macarena. "Das epistemologias feministas aos feminismos decoloniais: contribuições aos estudos de migração". Athenea Digital. Revista de Pensamento e Pesquisa Social, vol. 17, núm. 1, 2017, pp. 145-162. Universitat Autònoma de Barcelona. Bellaterra, Espanha

Dalmazzo, 2017. Marisol Dalmazzo Peillard. "Quem cuida da cidade. Oportunidades e propostas em Bogotá". CEPAL. 2017. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42428-qui%C3%A9n-cuida-la-ciudad-oportunidades-propuestas-bogota-colombia>

Durán, (2018) Durán, María Ángeles (2018) "A riqueza invisível do cuidado" (València: Universitat de València).2018
Elson, D. (2008). "Recognize, Reduce, and Redistribute Unpaid Care Work: How to Close the Gender Gap. New Labor" Forum. Volume: edição 26: 2, página(s): 52-61.

Falú, Ana María (2014) "Direito das mulheres à cidade. Espaços públicos livres de discriminação e violência" Vivienda y ciudad 1, 10-28, <https://bit.ly/3r3C95T>.

Ferry, L. (1992). Luc Felly. "Ecologia profunda". Revista Vuelta, 31-43. <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SEION4-9Sept-Ecologia-Profunda-Ferry.pdf>

GOLD (2022). Observatório Global de Democracia Local e Descentralização de Cidades e Governos Locais Unidos. "Caminhos para a igualdade urbana e territorial Estratégias de transformação local para combater as desigualdades". Cidades e governos locais unidos, Barcelona, outubro de 2022.

Lozano (2010). Lozano, Betty (2010). "O feminismo não pode ser um só porque as mulheres somos diversas". Contribuições para um feminismo negro decolonial a partir da experiência das mulheres negras no Pacífico colombiano" Revista La manzana de la discordia, 5(2), 7-24. Recuperado de <http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/Vol5N2/art1.pdf>



Montaner, J. M. e Muxí, Z. (2011) "Usos do tempo e da cidade"
Barcelona: Ajuntament de Barcelona

Montaño e Calderón (2,10). Montaño, Sonia e Coral Calderón. "O cuidado em ação: entre o direito e o trabalho", Caderno da CEPAL, No. 94 (LC/G.2454-P), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) [on-line].
http:
//repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/27845/1/S2010994_en.pdf.

ONU MUJERES-UN-CEPAL, (2020). "Cuidados na América Latina e no Caribe em tempos de COVID-19: rumo a sistemas abrangentes para fortalecer a resposta e a recuperação". Disponível no seguinte link
https:
//www.cepal.org/es/publicaciones/45916-cuidados-america-latina-caribe-tiempos-covid-19-sistemas-integrales-fortalecer recuperado em 30.10.2022.

Pascual, Yayo (2010). Marta Pascual Rodríguez e Yayo Herrero López. "Ecofeminismo, uma proposta para repensar o presente e construir o futuro". in ECOS No. 10 (CIP-Ecosocial), janeiro-março de 2010. Centro Nacional de Recursos Ambientais. Madrid. 2010.
https://www.miteco.gob.es/es/ceneam/articulos-de-opinion/2010_06pascualyherrero_tcm30-163649.pdf

Piazzini, Carlo (2014). "Conhecimento situado e pensamento limítrofe: uma releitura da universidade. Geopolítica(s)". Revista de Estudos sobre Espaço e Poder, 5(1), Pág. 22. http://dx.doi.org/10.5209/rev_GEOP.2014.v5.n1.47553

PNUD (2022) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. "Cuidados comunitários na América Latina e no Caribe: Uma abordagem para os cuidados nos territórios".
file:///C:/Users/Owner/My%20unit/Doc%20sept%202017/Consultori%CC%81as/AVP%20caregivers/doc%20care/Cuidados_Comunitarios_09112022.pdf

RMyH, (2023). Rede de Mulheres e Habitat. Documento de sistematização do Projeto: "Ecossistemas na gestão de desastres com uma abordagem de gênero no contexto pandêmico pela COVID-19 no Brasil, El Salvador e Guatemala".

RMyH, (2023). Documento de sistematização do Projeto: "Cidades e territórios que cuidam: sistemas locais de cuidado com uma abordagem de gênero" RMyH, (2023)



Rico, María Nieves e Segovia, Olga (2017) "¿Quem cuida na cidade? Contribuições para políticas urbanas de igualdade". Santiago de Chile: CEPAL.

Rodriguez, (2023). Maité Rodríguez Blandón. Nota conceitual da Mesa sobre Ecosistemas em Cidades e Territórios".

Segovia, (2023). Olga Segovia Marín. "Nota conceitual para discussão na Mesa de Diálogo sobre Sistemas de Cuidado".

Tacoli, C. (2012), "Urbanization, gender and urban poverty: paid work and unpaid carework in the city", Urbanization and Emerging Population Issues Working Paper, No. 7, Nova York, Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIMAD) / Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), março

Villafane, (2022) Lucía Villafañe. Documento preparado para a RMH ALC. Abril de 2022

Zibecchi, C. (2020). "Cuidando de crianças no bairro: trabalho comunitário das cuidadoras, expectativas e horizontes de politização no contexto de pandemia". Em Sanchís, N (comp.) O cuidado comunitário em tempos de pandemia... e além. Norma Sanchís (comp.) Associação Civil Lola Mora. Buenos Aires.

Peças gráficas realizadas por María del Mar Caicedo, com fotos de propriedade de RMyH ALC.



O prêmio do Fundo UKRI "Resiliência Responsiva ao Gênero e Interseccionalidade em Políticas e Práticas (GRRIPP) - Networking Plus Partnering for Resilience" (AH/R005370/1) é financiado pelo Global Challenges Research Fund e executado por um coletivo de universidades mencionado abaixo.





Red Mujer y Hábitat
América Latina y Caribe

FUNDACION AVP
PARA EL DESARROLLO SOCIAL



www.redmujer.org.ar

